

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO
Escola de Comunicação, Educação e Humanidades
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

ELIE CHADAREVIAN

***A PARTICIPATIO* DE TOMÁS DE AQUINO
NA PROPOSTA DOUTRINAL DO
NOVO CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA**

São Bernardo do Campo
2016

ELIE CHADAREVIAN

***A PARTICIPATIO* DE TOMÁS DE AQUINO
NA PROPOSTA DOUTRINAL DO
NOVO CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA**

Dissertação apresentada em
cumprimento às exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Religião da Universidade
Metodista de São Paulo para a
obtenção do grau de Mestre.

Área de Concentração: Linguagens da
Religião

Linha de Pesquisa: Teologias das
religiões e cultura

Orientador: Prof. Dr. Luiz Jean Lauand

São Bernardo do Campo
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

C344p	<p>Chadarevian, Elie</p> <p><i>A participatio</i> de Tomás de Aquino na proposta doutrinal do novo catecismo da igreja católica / Elie Chadarevian -- São Bernardo do Campo, 2016.</p> <p>114fl.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) -- Escola de Comunicação, Educação e Humanidades, Programa de Pós Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.</p> <p>Bibliografia</p> <p>Orientação de: Luiz Jean Lauand.</p> <p>1. Participação 2. Aquino, Tomás de 3. Igreja católica - Catecismo</p> <p>I. Título</p> <p>CDD 268.2</p>
-------	--

A dissertação de mestrado intitulada “**A PARTICIPATIO DE TOMÁS DE AQUINO NA PROPOSTA DOUTRINAL DO NOVO CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA**”, elaborada por ELIE CHADAREVIAN, foi apresentada e aprovada em ___ de _____ de 2016, perante banca examinadora composta por Prof. Dr. Luiz Jean Luand (Presidente/UMESP), Prof. Dr. Rui de Souza Josgrilberg (Titular/UMESP) e Prof. Dr. Roberto Carlos Gomes de Castro (Titular/Universidade Anhembi Morumbi).

Prof. Dr. Luiz Jean Lauand
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Helmut Renders
Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Programa: Pós-Graduação em Ciências da Religião

Área de Concentração: Linguagens da Religião

Linha de Pesquisa: Teologias das religiões e cultura

**Este trabalho foi realizado com o auxílio para pagamento de Taxas
– CAPES/PROSUP.**

Dedico o presente trabalho a todos que amam e buscam a verdade.

AGRADECIMENTOS

A Deus – Uno e Trino – em primeiro lugar e à Santíssima Mãe de Jesus Cristo, Maria, intercessora e auxílio dos cristãos.

A meu orientador, Prof. Dr. Luiz Jean Lauand, que acolheu a proposta deste projeto baseado e inspirado em seu vasto trabalho acadêmico; inesgotavelmente inovador.

À Universidade Metodista de São Paulo-UMESP, por ter aceito o projeto em seu Programa de Pós-graduação, bem como, à CAPES/PROSUP pelo subsídio.

Da mesma forma, aos docentes que ministraram as disciplinas por mim cursadas no programa de pós-graduação, cuja erudição e dedicação contribuíram - direta ou indiretamente - com este trabalho:

- Prof. Dr. Lauri Emílio Wirth;
- Prof. Dr. Claudio de Oliveira Ribeiro;
- Prof. Dr. Paulo Augusto de Souza Nogueira;
- Prof. Dr. Paulo Roberto Garcia;
- Prof. Dr. Rui de Souza Josgrilberg;
- Prof. Dr. Tércio Machado Siqueira.

Em especial à minha esposa e companheira de todos os momentos, Ariadne e nossa filha Beatriz, perenes inspiradoras de boas ações em minha vida.

À minha família de sangue, meu pai (*in memoriam*), minha mãe e meus irmãos.

A todos os colegas de UMESP, pelas oportunidades de crescimento pessoal e acadêmico.

Ao corpo administrativo da UMESP – secretarias, bibliotecas, infraestrutura, limpeza etc. – que, dos bastidores, viabilizam a operacionalização do programa de pós-graduação.

“A criação divina implica a doação real que vem do Amor Infinito e constitui as criaturas “sinais” desse Amor, não sinais vazios, mas significativos em virtude da realidade do ser, do agir e da capacidade de agir a elas efetivamente comunicadas.”¹

Frei Carlos Josaphat

¹ Frei Carlos Josaphat, Paradigma Teológico de Tomás de Aquino. Editora Paulus – 2012.

RESUMO

A proposta do novo Catecismo da Igreja Católica é, do ponto de vista abstrato, transformadora e mesmo revolucionária, se pensarmos, por exemplo, na extraordinária importância que, pela primeira vez, se dá ao papel do fiel leigo, como membro pleno da Igreja, e à vida quotidiana, decorrentes de uma nova concepção do alcance do Batismo, cujas dimensões física e metafísica (natural e sobrenatural) impulsionam seus sujeitos a agir não mais como simples “membros de carteirinha”, mas como filhos de Deus efetivamente impregnados de divindade, o que é claramente perceptível sob a perspectiva do conceito de participação – a *participatio* – desenvolvido por Tomás de Aquino, que permeia todo o novo Catecismo da Igreja Católica em suas quatro grandes partes (a doutrina da fé #26 - #1065, a Liturgia #1066 - #1690, a Moral #1691 - #2557 e a vida de Oração #2558 - #2865), como é demonstrado neste trabalho, onde, 234 ocorrências de participação e suas correlatas (participar, participante etc.) foram registradas, das quais, 171 (73%) são no sentido mais profundo proposto por Tomás. No entanto, neste quarto de século, desde que foi promulgado o CIC, não se nota na pastoral e na educação católicas as correspondentes significativas mudanças que seria de esperar.

Palavras-chave: Participação, *Participatio*, Tomás Aquino, Catecismo Igreja Católica.

ABSTRACT

The proposal of the new Catechism of the Catholic Church is, from an abstract point of view, transformative and even revolutionary, if we think, for example, on the extraordinary importance that, for the first time, is given to the lay faithful, as full members of the Church, and in the daily life, due to a new conception of the reach of Baptism, whose physical and metaphysical dimensions (natural and supernatural), drive their persons to act no longer as simple "members card-carrying", but as son/daughter of God, effectively imbued of divinity, which is clearly noticeable by the perspective of the concept of participation - the *participatio* - developed by Thomas Aquinas, which permeates all new Catechism of the Catholic Church in its four major parts (the doctrine of faith # 26 - # 1065, the Liturgy # 1066 - # 1690, Moral # 1691 - # 2557 and lives of Prayer # 2558 - # 2865), as is shown in this study, where 234 instances of participation and its related (to participate, participant etc.) were recorded, of which 171 (73%) are in the deepest sense proposed by Thomas. However, in this quarter century, since it was promulgated the CIC, it's not noted in the pastoral and in the Catholic education the corresponding significant expected changes.

Keywords: Participation, *Participatio*, Thomas Aquinas, Catechism Catholic Church.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Justificativa do tema escolhido e sua importância	13
1.2 Procedimento metodológico	16
2 O NOVO CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA - CIC.....	17
2.1 Conceituação do CIC	18
2.2 A estrutura do CIC.....	26
2.3 O compêndio do CIC.....	29
2.4 O Compêndio da Doutrina Social da Igreja	31
3 A <i>PARTICIPATIO</i> DE TOMÁS DE AQUINO	33
3.1 Tomás de Aquino – breve histórico	34
3.2 O conceito de participação e os filósofos clássicos	36
3.3 O conceito de participação – <i>participatio</i> – em Tomás.....	41
4 GRAÇA E A PARTICIPAÇÃO NA VIDA DIVINA	45
4.1 A graça.....	46
4.2 Os instrumentos da Graça	55
4.4 As Virtudes Teologais	61
4.5 As Virtudes Cardeais ou Morais	64
4.6 A busca da <i>Aretê</i>	67
5 A MÍSTICA DA VIDA COTIDIANA.....	70
5.1 A <i>Participatio</i> no CIC	71
5.4 A Lei Moral do CIC.....	82
5.5 É aqui mesmo que estão os deuses	89
5.6 É Cristo que vive em mim	94
6 CONCLUSÃO.....	101
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104
7 APÊNDICE	107
7.1 Sacramentos no catolicismo oriental.....	108
7.2 Quadro resumo e estatística das ocorrências	112
7.3 Catalogação de ocorrências.....	114

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa do tema escolhido e sua importância

Este trabalho baseia-se em estudos de Jean Lauand (sobretudo Lauand 2000²) e pretende ser um desenvolvimento, discutindo as ideias neles contidas. Retomaremos neste trabalho ideias e formulações do recente artigo “Catecismo Católico e um conceito central: a *participatio*” (Chadarevian, Lauand 2015³).

Em 1997 a Igreja Católica publicou seu novo Catecismo (a partir de agora, abreviado por CIC), importante marco de referência oficial – em seus 2865 pontos – de sua doutrina (o Catecismo anterior era de 1566) para o século XXI. Procuramos mostrar a importância central do conceito de *participatio* (que remonta a Tomás de Aquino) como eixo estruturador do CIC.

Mesmo do ponto de vista quantitativo, já chama a atenção a presença da palavra “participação” - e suas correlatas “participar”, “participantes” etc. -, perfazendo um total de 234 incidências. E, como pretendemos mostrar neste trabalho, o conceito de *participatio* é axial, in-formando todo o CIC, que é composto por um prólogo e mais as seguintes quatro grandes partes⁴:

- I – A profissão da fé;
- II – Os sacramentos de fé;
- III – A vida da fé;
- IV – A oração na vida da fé.

² LAUAND, Jean. A Filosofia da Educação no novo Catecismo Católico. Conventit Internacional (USP), Porto, v. 3, p. 71-82, 2000.

³ LAUAND, Jean; CHADAREVIAN, E. . O Catecismo católico e um conceito central: a *participatio*. Conventit Internacional (USP), v. 19, p. 5-18, 2015.

⁴ Utilizamos neste trabalho a versão em língua portuguesa do Catecismo da Igreja Católica disponibilizada no endereço eletrônico do Vaticano em http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html, cujo texto pode diferir um pouco de outras traduções – eventualmente utilizadas nas referências que citamos -, mesmo da versão impressa em língua portuguesa no Brasil, cuja tradução até a 8ª edição foi feita a partir da publicação francesa (Mame/Plon, Paris 1992) e cotejada com a italiana (Libreria Editrice Vaticana 1992). A partir da 9ª edição o texto brasileiro foi atualizado de acordo com a edição oficial latina.

Esse conceito de participação - a *participatio* - é proveniente de Tomás de Aquino (1225-1274); sem dúvida o mais importante pensador da Igreja Católica.

A proposta do CIC é – do ponto de vista abstrato – transformadora e mesmo revolucionária se pensarmos, por exemplo, na extraordinária importância que, pela primeira vez, se dá ao papel do fiel leigo - como membro pleno da Igreja - e à vida quotidiana, decorrentes de uma nova concepção do alcance do Batismo.

No entanto, neste quarto de século, desde que foi promulgado o CIC, não se nota na pastoral e na educação católicas as correspondentes significativas mudanças que seriam de se esperar.

O Papa Francisco, ainda recentemente – em audiência de 11-09-2013⁵ – tocou nesses pontos:

Nos primeiros séculos da Igreja, era muito clara uma realidade: enquanto é mãe dos cristãos, enquanto «faz» os cristãos, a Igreja é também «feita» de cristãos.

A Igreja não é algo diverso de nós mesmos, mas deve ser vista como a totalidade dos fiéis, como o «nós» dos cristãos: eu, tu, todos nós fazemos parte da Igreja. São Jerónimo já escrevia: «A Igreja de Cristo outra coisa não é, a não ser as almas daqueles que acreditam em Cristo» (*Tract. Ps 86: PL 26, 1084*).

Então, a maternidade da Igreja é vivida por todos nós, pastores e fiéis. Às vezes ouço: «Creio em Deus, mas não na Igreja... Ouvi que a Igreja diz... os sacerdotes dizem...».

Mas uma coisa são os sacerdotes, pois a Igreja não é formada só por sacerdotes, todos nós somos a Igreja!

E se tu dizes que crês em Deus e não na Igreja, dizes que não acreditas em ti mesmo; e esta é uma contradição.

⁵ (http://www.vatican.va/holy_father/francesco/audiences/2013/documents/papa-francesco_20130911_udienza-generale_po.html)

Todos nós somos a Igreja: desde a criança recentemente batizada, até aos Bispos e ao Papa; todos nós somos Igreja e todos somos iguais aos olhos de Deus!

Todos somos chamados a colaborar para o nascimento de novos cristãos na fé, todos somos chamados a ser educadores na fé, a anunciar o Evangelho.

A importância do tema mostra-se evidente quando consideramos que se trata de uma transformação profunda em toda a proposta da Igreja Católica, em um importante documento oficial e que ainda não foi compreendido pela imensa maioria dos fiéis.

Pelo acima exposto, a própria enunciação do tema já o justificaria. Porém, queremos aproveitar este tópico para apresentar mais detalhadamente o trabalho e corroborar sua justificativa.

Costuma-se enfatizar que Tomás de Aquino é um pensador aristotélico, que teria cristianizado Aristóteles etc., no entanto, em sua síntese original, um componente essencial, a doutrina da participação, não é aristotélico, mas de inspiração neoplatônica. E é precisamente a *participatio* – como pretendemos mostrar - um dos eixos estruturadores do CIC.

1.2 Procedimento metodológico

Compreender a estrutura textual, conceitual e a dinâmica didática do CIC.

Identificar quantitativamente os pontos do CIC onde ocorrem o termo “participação” e suas correlatas “participar”, “participantes” etc.

Compreender o conceito de *participatio* em Tomás de Aquino.

Compreender o conceito de Graça como participação na vida Divina.

Identificar os instrumentos da Graça apresentados no CIC.

Discutir qualitativamente se, de fato, as ocorrências da *participatio* - explícita ou implicitamente - constituem eixo da estrutura do CIC.

2 O NOVO CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA - CIC

2.1 Conceituação do CIC

Já na introdução – que reproduzimos a seguir - feita por João Paulo II na *Constituição Apostólica Fidei Depositum Para a Publicação do Catecismo da Igreja Católica Redigido Depois do Concílio Vaticano II* (a partir de agora, citada como FD), fica claro o objetivo do CIC e sua orientação:

Guardar o Depósito da Fé é missão que o Senhor confiou à sua Igreja e que ela cumpre em todos os tempos. O Concílio Ecumênico Vaticano II, inaugurado há trinta anos pelo meu predecessor João XXIII, de feliz memória, tinha como intenção e como finalidade pôr em evidência a missão apostólica e pastoral da Igreja, e, fazendo resplandecer a verdade do Evangelho, levar todos os homens a procurarem e acolherem o amor de Cristo que excede toda a ciência (cf. Ef 3,19).

Ao Concílio, o Papa João XXIII tinha confiado como tarefa principal guardar e apresentar melhor o precioso depósito da doutrina cristã, para o tornar mais acessível aos fiéis de Cristo e a todos os homens de boa vontade. Portanto, o Concílio não devia, em primeiro lugar, condenar os erros da época, mas sobretudo empenhar-se por mostrar serenamente a força e a beleza da doutrina da fé. "Iluminada pela luz deste Concílio - dizia o Papa - a Igreja... crescerá em riquezas espirituais... e, recebendo a força de novas energias, olhará intrépida para o futuro... É nosso dever... dedicar-nos, com vontade pronta e sem temor, àquele trabalho que o nosso tempo exige, prosseguindo assim o caminho que a Igreja percorre há vinte séculos"⁶.

Com a ajuda de Deus, os Padres conciliares puderam elaborar, em quatro anos de trabalho, um conjunto considerável de exposições doutrinárias e de diretrizes pastorais oferecidas a toda a Igreja. Pastores e fiéis encontram ali orientações para aquela "renovação de pensamentos, de atividades, de costumes, e de força moral, de alegria e de esperança, que foi o objetivo do Concílio"⁷.

Depois da sua conclusão, o Concílio não cessou de inspirar a vida da Igreja. Em 1985 pude afirmar: "Para mim - que tive a graça especial de nele participar e colaborar no seu desenvolvimento - o Vaticano II foi sempre, e é de modo particular nestes anos do meu Pontificado, o constante ponto de referência de toda a minha ação pastoral, no

⁶ João XXIII, *Discurso de abertura do Concílio Ecumênico Vaticano II*, 11 de outubro de 1962: AAS 54 (1962), p. 788-791.

⁷ Paulo VI, *Discurso de encerramento do Concílio Ecumênico Vaticano II*, 8 de dezembro de 1965: AAS 58 (1966), p. 7-8.

consciente empenho de traduzir as suas diretrizes em aplicação concreta e fiel, a nível de cada Igreja e da Igreja inteira. É preciso incessantemente recomeçar daquela fonte"⁸.

Neste espírito, a 25 de janeiro de 1985, convoquei uma Assembléia Extraordinária do Sínodo dos Bispos, por ocasião do vigésimo aniversário do encerramento do Concílio. A finalidade desta Assembléia era celebrar as graças e os frutos espirituais do Concílio Vaticano II, aprofundar o seu ensinamento para aderir melhor a ele e promover o conhecimento e a aplicação do mesmo.

Nessa ocasião, os Padres sinodais afirmaram: "Muitíssimos expressaram o desejo de que seja composto um Catecismo ou compêndio de toda a doutrina católica, tanto em matéria de fé como de moral, para que ele seja como um ponto de referência para os catecismos ou compêndios que venham a ser preparados nas diversas regiões. A apresentação da doutrina deve ser bíblica e litúrgica, oferecendo ao mesmo tempo uma doutrina sã e adaptada à vida atual dos cristãos"⁹. Depois do encerramento do Sínodo, fiz meu este desejo, considerando que ele "corresponde à verdadeira necessidade da Igreja universal e das Igrejas particulares"¹⁰.

Como não havemos de agradecer de todo o coração ao Senhor, neste dia em que podemos oferecer a toda a Igreja, com o título de "Catecismo da Igreja Católica", este "texto de referência" para uma catequese renovada nas fontes vivas da fé!

Depois da renovação da Liturgia e da nova codificação do Direito Canônico da Igreja Latina e dos cânones das Igrejas Orientais Católicas, este Catecismo trará um contributo muito importante àquela obra de renovação da vida eclesial inteira, querida e iniciada pelo Concílio Vaticano II.

Portanto, fica evidente que a proposta do CIC é a de incorporar ao Catecismo a doutrina do Concílio Vaticano II, utilizando-o como texto de referência, balizadora na catequese para todas as Igrejas Católicas, independente de seus ritos, Latinos ou Orientais¹¹.

⁸ João Paulo II, Alocução de 25 de janeiro de 1985: *L'Osservatore Romano*, 27 de janeiro de 1985

⁹ Relação Final do Sínodo Extraordinário, 7 de dezembro de 1985, II,B,a,n.4: *Enchiridion Vaticanum*, vol. 9, p. 1758, n. 1797.

¹⁰ *Discurso de encerramento do Sínodo Extraordinário*, 7 de dezembro de 1985, n.6: AAS 78 (1986), p. 435.

¹¹ A Igreja Católica Romana conta com outras 22 Igrejas Católicas Orientais, com seus respectivos ritos, em plena comunhão com o Papa.

Em conferência sobre o CIC, assim se expressou o conhecido teólogo frei Carlos Josaphat (in CNBB, 2012)¹²:

O catecismo atual mostra como o Vaticano II perpetua o essencial dos concílios anteriores e os enriquece. O CIC procura enfrentar o desafio lançado hoje à vida cristã. A escolha e ajustamento dos quatro pilares seguem a opção dos relatores de Trento e o consideram como quadro doutrinal, introduzindo a totalidade das orientações sob o ponto de vista da fé e prática da fé.

Mais ainda, trata-se de documento fundamental ao processo de catequese, segundo as palavras do cardeal Dom Raymundo Damasceno Assis, durante a abertura do Congresso sobre os vinte anos do CIC e ano da fé (in CNBB, 2012)¹³:

“O Catecismo é um dos documentos insubstituíveis para o processo de catequese, um precioso dom para a Igreja. É um referencial seguro para a formação e aprofundamento da fé hoje e um dos grandes frutos do Concílio Vaticano II”,

De fato, segundo a FD, com que o Papa João Paulo II abre o Catecismo “ele traz ‘coisas novas e velhas’ (Mt 13,25), porque a fé é sempre a mesma e, simultaneamente, é fonte de luzes sempre novas” capazes de “iluminar as novas situações e os problemas que ainda não tinham surgido no passado”¹⁴.

Se o antigo Catecismo Romano surgiu como fruto do Concílio de Trento¹⁵; hoje, após o Concílio Vaticano II, o Catecismo da Igreja Católica pretende definir a Fé e

¹² <http://www.cnbb.org.br/imprensa-1/noticias/10276-sintese-do-congresso-de-20-anos-do-catecismo-e-sobre-o-ano-da-fe>

¹³ Idem.

¹⁴ http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_19921011_fidei-depositum.html

¹⁵ O concílio de Trento foi o décimo nono da história da Igreja Católica, ocorrido no período entre 13/12/1545 a 04/12/1563, sob condução de três Papas: Paulo II (1534-1549); Júlio III (1550-1555) e Pio IV (1559-1565).

a Moral da Igreja ante o mundo de hoje. E, precisamente, o conceito de *participatio* pode exercer um papel preponderante nessa nova visão.

Em 1985, por ocasião do 20º aniversário do Vaticano II, o Papa convocou Bispos de todo o mundo para um Sínodo e a quase totalidade desses Bispos "expressou o desejo de que fosse composto o Catecismo" (FD). Atendendo a este desejo, o Catecismo da Igreja Católica "tem por fim apresentar uma exposição orgânica dos conteúdos essenciais e fundamentais da doutrina católica sobre a fé e a moral, à luz do Concílio Vaticano II e do conjunto da tradição da Igreja" (CIC #11).

Com a carta apostólica *Laetamur Magnopere* (1997) o Papa João Paulo II promulgou o texto definitivo do CIC.

Já haviam passado mais de 400 anos desde a publicação do último Catecismo da Igreja Católica (o do Concílio de Trento, em 1566) e em 1992 foi lançado mundialmente um novo Catecismo, em versão provisória, como preparação para uma edição definitiva, que veio à luz em 1997.

João Paulo II, na Constituição Apostólica *Fidei Depositum* conta que o novo Catecismo foi inicialmente redigido por sete Bispos supervisionados por uma Comissão de doze Cardeais e Bispos, recebendo, ao longo de sucessivas redações, sugestões de peritos e bispos de todo o mundo.

Sobre esse texto (o provisório, de 1992, abreviado por C-92), uma nova comissão, desta vez composta só por membros da Cúria Romana (sob a presidência do então Cardeal Ratzinger), se encarregou de "corrigir" a versão provisória e preparar o texto definitivo de 1997 (cf. *Laetamur Magnopere*)¹⁶.

¹⁶ http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_letters/documents/hf_jp-ii_apl_15081997_laetamur_po.html

O original de C-92 foi publicado primeiramente em francês e o do CIC em latim; em cada caso, as conferências episcopais aprovaram traduções para seus países (daí que, por exemplo, as traduções brasileira e portuguesa tenham redações ligeiramente diferentes, porém, sem comprometimento de sua semântica).

“Deve servir de referência - diz João Paulo II - segura e autêntica para o ensino da doutrina católica e para a composição dos catecismos locais” (FD), pois trata-se de documento menos voltado ao fiel comum e mais ao eclesiástico catequista, conforme trata a FD “Peço, portanto, aos Pastores da Igreja e aos fiéis que acolham este Catecismo em espírito de comunhão, e que o usem assiduamente ao cumprirem a sua missão de anunciar a fé e de apelar para a vida evangélica. ”

“O Catecismo – continua a FD - não muda nada a doutrina católica de sempre; o que nela era fundamental e essencial continua sendo... Simplesmente o conteúdo é expresso de uma forma nova a fim de responder aos questionamentos de nosso tempo ... E que ajude a iluminar com a luz da fé as situações novas e os problemas que no passado não se tinham apresentado”.

Nesse sentido, a imprensa da época falou, a propósito do CIC, em "pecados novos". E, de fato, em certo sentido, há "pecados novos". O apóstolo Paulo fala deles. Depois de descrever no Cap. I de Romanos toda a gama de misérias de que é capaz o homem afastado de Deus, Paulo reconhece que naquela sociedade (e não só nela...) há gente “engenhosa no mal, inovadora no mal” (Rom I, 30). E é evidente que os métodos do mal evoluíram: o Gênesis fala de que Caim “lançou-se contra seu irmão Abel e o matou”; hoje, evoluímos tanto que podemos usar metralhadora, laser, napalm, ou discretos miligramas de cianureto.... Há “pecados novos” na medida em que se a verdade é uma só, as possibilidades de desvio são infinitas...

Na FD é clara a orientação para que se redijam novos textos locais para a catequese dos fiéis, considerando as diversas situações culturais, mas cuidando para que se conserve a unidade da fé e fidelidade à doutrina católica: “Este Catecismo não se

destina a substituir os Catecismos locais devidamente aprovados pelas autoridades eclesíásticas, os Bispos diocesanos e as Conferências Episcopais, sobretudo se receberam a aprovação da Sé Apostólica. Destina-se a encorajar e ajudar a redação de novos catecismos locais, que tenham em conta as diversas situações e culturas, mas que conservam cuidadosamente a unidade da fé e a fidelidade à doutrina católica. ”

Mas o Cardeal Ratzinger estava empenhado em não mudar nada na moral, por mais que este empenho, em alguma medida, fosse de encontro à própria orientação de Joao Paulo II em sua FD, quando diz “A apresentação da doutrina deve ser bíblica e litúrgica, oferecendo ao mesmo tempo uma doutrina sã e **adaptada à vida atual dos cristãos** (grifo nosso). E “corrigiu” a versão C-92.

Em 1986 o Papa João Paulo II constituiu uma comissão de 12 membros (de bispos dos 5 continentes) sob a presidência do Card. Ratzinger e do Card. Bernard Law de Boston. Sete especialistas em Teologia e catequese o redigiram. A comissão trabalhou ao longo de 6 anos. Em 1989 a minuta do texto foi enviada a todos os bispos do mundo e a todos os institutos de teologia do mundo e recebeu 25.000 propostas de emenda, que foram pacientemente examinadas. Aprovado em 25-6-92, foi promulgado em 11-10-92 (30º aniversário da abertura do Vaticano II).

Para que se possa avaliar o teor das mudanças doutrinárias de C-92 para CIC, recolhemos aqui trechos de um estudo anterior (Lauand 2013)¹⁷, apontando a “ratzingerização” do CIC: atitudes que eram permitidas na versão provisória, passaram a ser pecado na versão definitiva etc.

Assim, por exemplo, o ponto 2358 de C-92 trazia a formulação:

“Um número considerável de homens e de mulheres apresenta tendências homossexuais inatas profundamente radicadas. Não são eles que escolhem sua condição homossexual...”

¹⁷ <http://www.hottopos.com/isle15/129-134Jean.pdf>

Já com os cortes do CIC, o mesmo ponto ficou assim:

“Um número considerável de homens e de mulheres apresenta tendências homossexuais profundamente radicadas.”

Outro exemplo: nas edições espanholas, algumas mudanças de C-92 para CIC aparecem ainda mais acentuadas. Como no caso do ponto 2352, no qual C-92 indicava a necessidade de se levar em conta na avaliação moral da masturbação diversos fatores psíquicos ou sociais:

“que reducen, e incluso anulan la culpabilidad moral”;

Formulação que, em CIC, foi substituída por:

“que pueden atenuar o tal vez reducir al mínimo la culpabilidad moral”.

Na substituição de “reduzem” por “podem atenuar”, a introdução do “podem” é de efeito psicológico, pois, uma vez que são subjetivos os fatores atenuantes (“imaturidade afetiva, força dos hábitos contraídos, o estado de angústia ou outros fatores psíquicos ou sociais”), sua função parece ser só a de manter a sensação de culpa (o fiel não pode excluir a culpa, auto avaliando fatores subjetivos). Como também a substituição de “anulam a culpabilidade moral” por “talvez reduzir ao mínimo a culpabilidade moral”.

Afinal, a própria existência do sacramento da confissão, em diálogo vivo entre penitente e confessor, pressupõe que a culpabilidade moral não é medida discretamente por pontos na carteira como nas infrações de trânsito, que vão desde as gravíssimas (sete pontos), passando pelas grave e média, até a leve, punida com os mínimos três pontos.

A culpa moral, bem como seus atenuantes ou excludentes, pertencem ao delicado âmbito da consciência e não podem ser observadas com a operacionalidade de um radar que fotografa uma invasão de faixa de pedestres ou a de um bafômetro que indica a presença de álcool no sangue em índices superiores a 0,05 mg/litro.

Como fica o problema pastoral da absolvição no sacramento da Confissão? De 1992 a 1997, havia fatores psíquicos ou sociais que podiam anular a culpa da masturbação; desde 1997 já não: o fiel deve, então, confessar seus não pecados, da época, que passaram a ser pecado?

Mas não são essas questões as que nos interessam tematicamente aqui; demos estes exemplos apenas para registrar a problemática de uma versão “provisória” de um texto tão importante como o CIC. Seja como for, como dizíamos, a ênfase no conceito de *participatio* pode propiciar mudanças, também no modo de encarar a moral.

2.2 A estrutura do CIC

O texto traz 2865 pontos ou parágrafos e está dividido em quatro grandes partes – conforme mostramos abaixo -, precedidas por um prólogo (este vai do parágrafo #1 ao #25):

A PROFISSÃO DA FÉ (#26 a #1065);

Tendo o Credo como pano de fundo, nesta primeira grande parte desenvolve-se a busca do homem à sua origem, passando pela Revelação divina em que Deus vem ao encontro do homem, finalizando com a resposta de fé do homem.

“#14 Aqueles que, pela fé e pelo Baptismo, pertencem a Cristo, devem confessar a sua fé baptismal diante dos homens¹⁸. Por isso, o Catecismo começa por expor em que consiste a Revelação, pela qual Deus Se dirige e Se dá ao homem, e a fé pela qual o homem responde a Deus (Primeira Secção). O Símbolo da fé resume os dons que Deus faz ao homem, como Autor de todo o bem, Redentor e Santificador, e articula-os em volta dos «três capítulos» do nosso Baptismo – a fé num só Deus: o Pai Todo-poderoso, Criador; e o seu Filho Jesus Cristo, nosso Senhor e Salvador: e o Espírito Santo, na Santa Igreja (Segunda Secção).”

OS SACRAMENTOS DA FÉ (#1066 a #1690);

Com foco na liturgia e nos sete Sacramentos, a segunda grande parte desenvolve os aspectos da salvação através de Jesus Cristo e os sinais de Sua presença na Igreja peregrina.

“#15 A segunda parte do Catecismo expõe como a salvação de Deus, realizada uma vez por todas por Jesus Cristo e pelo Espírito Santo, se

¹⁸ Cf. Mt 10, 23; Rm 10, 9.

toma presente nas acções sagradas da liturgia da Igreja (Primeira Secção), e em especial nos sete sacramentos (Segunda Secção). ”

A VIDA DA FÉ (#1691 a #2557);

Sobre os mandamentos e a moral, esta terceira grande parte trata dos aspectos da vocação do homem à santidade também no cotidiano, tendo os mandamentos como referência e o Espírito Santo como seu realizador.

“#16 A terceira parte do Catecismo apresenta o fim último do homem, criado à imagem de Deus – a bem-aventurança e os caminhos para a ela chegar: um comportamento recto e livre, com a ajuda da lei de Deus e da sua graça (*Primeira Secção*); um comportamento que realize o duplo mandamento da caridade, explicitado nos dez Mandamentos de Deus (*Segunda Secção*).”

A ORAÇÃO NA VIDA DA FÉ (#2558 a #2865);

Dedicada à comunicação com Deus, a quarta e última parte apresenta a oração como meio desta comunicação e detalha a oração tida como perfeita, a Oração do Senhor; o Pai Nosso.

“#17 A última parte do Catecismo trata do sentido e da importância da oração na vida dos crentes (*Primeira Secção*), terminando com um breve comentário aos sete pedidos da Oração do Senhor (*Segunda Secção*). De facto, nesses sete pedidos encontramos a suma dos bens que devemos esperar e que o nosso Pai dos Céus nos quer dar. “

“Retoma assim a ‘antiga’ estrutura, tradicional” (FD). Compõe-se de pontos numerados, parágrafos de seis linhas, em média. No final de cada capítulo, uns pontos intitulados “Resumindo” recolhem o conteúdo essencial do capítulo.

Não é em forma de perguntas e respostas, nem o tom é propriamente argumentativo, mas sim o de uma exposição, para o homem de hoje, da doutrina da Igreja. Baseia-se na Sagrada Escritura, na doutrina dos Padres da Igreja, na Liturgia, no Direito Canônico e - e isto é uma novidade - nas vidas e nos ensinamentos dos santos.

2.3 O compêndio do CIC

O CIC complementa-se com a publicação em 28 de junho de 2005 do Compêndio do Catecismo da Igreja Católica.

O Compêndio é um resumo do CIC, sob a forma de perguntas e respostas e que contém de forma resumida os principais elementos da doutrina e da moral católicas.

Destina-se a apresentar "de maneira concisa, todos os elementos essenciais e fundamentais da fé da Igreja, de forma a constituir uma espécie de vademecum, que permita às pessoas, aos crentes e não crentes, abraçar, numa visão de conjunto, todo o panorama da fé católica"¹⁹. (Bento XVI Motu Proprio para a aprovação e publicação do Compêndio...²⁰)

O Compêndio, diz Bento XVI, deveu-se à necessidade "de um Catecismo resumido, breve, que contivesse todos e somente os elementos essenciais e fundamentais da fé e da moral católica, formulados de uma maneira simples, acessível a todos, clara e sintética"²¹.

Foi elaborado por uma comissão presidida pelo Cardeal Joseph Ratzinger, então prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, nomeada em Fevereiro de 2003 pelo Papa João Paulo II. E o mesmo Ratzinger, já como Papa Bento XVI, que aprovou e promulgou o Compêndio, através dum *motu proprio* publicado a 28 de junho de 2005.

¹⁹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Comp%C3%AAndio_do_Catecismo_da_Igreja_Cat%C3%B3lica

²⁰ http://www.vatican.va/archive/compendium_ccc/documents/archive_2005_compendium-ccc_po.html

²¹ (https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2005/june/documents/hf_ben-xvi_spe_20050628_compendium.html)

A estrutura deste compêndio é exatamente a mesma – as quatro grandes partes do CIC. Em apêndice, apresenta ainda algumas orações comuns e fórmulas da Doutrina católica.

2.4 O Compêndio da Doutrina Social da Igreja

Cerca de sete anos após a publicação da versão definitiva do CIC, o então Papa João Paulo II trouxe a público outro importante documento, que visa apresentar “de modo sistemático as pilastras da doutrina social católica”²², onde se podem encontrar mais de duzentas referências ao CIC, daí nossa inclusão de considerações sobre esse importante documento doutrinal no corrente trabalho.

Embora não seja objeto direto de nosso estudo, trata-se de uma importante referência à abrangência do CIC como instrumento balizador de outros não menos importantes documentos da Igreja Católica que, conseqüentemente ao objeto de nossa dissertação, mostra a abrangência e essencialidade da *participatio* de Tomás nas diversas propostas evangelizadoras da Igreja de Roma.

Como exemplo, citamos o ponto oito que remete ao ponto 24 do CIC, conforme segue:

#8 Este Documento entende apresentar de maneira abrangente e orgânica, se bem que sinteticamente, o ensinamento social da Igreja, fruto da sábia reflexão magisterial e expressão do constante empenho da Igreja na fidelidade à Graça da salvação de Cristo e na amorosa solicitude pela sorte da humanidade. Os aspectos teológicos, filosóficos, morais, culturais e pastorais mais relevantes deste ensinamento são aqui organicamente evocados em relação às questões sociais. Destarte é testemunhada a fecundidade do encontro entre o Evangelho e os problemas com que se depara o homem no seu caminho histórico.

No estudo do Compêndio será importante levar em conta que as citações dos textos do Magistério são extraídas de documentos de vários graus de autoridade. Ao lado dos documentos conciliares e das encíclicas, figuram também discursos Pontifícios ou documentos elaborados pelos Dicasterios da Santa Sé. Como se sabe, mas é oportuno realçá-lo, o leitor deve estar consciente de que se trata de níveis distintos de ensinamento. O documento, que se limita a oferecer uma exposição das linhas fundamentais da doutrina social,

²²http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html#SECRETARIA DE ESTADO.

Carta do cardeal Angelo Sodano (secretário de estado) ao cardeal Renato Raffaele Martino presidente do pontifício conselho «justiça e paz», Vaticano 29/06/2004.

deixa às Conferências Episcopais a responsabilidade de fazer as oportunas aplicações requeridas pelas diversas situações locais.²³

Assim, pois, ao longo desse nosso trabalho colheremos, a título de exemplo e proposta de discussão, alguns pontos tratados também nesse compêndio, onde o conceito de *participatio* se fizer, direta ou indiretamente, presente.

Num formato textual semelhante ao CIC, o *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* é composto por 583 pontos, denso em citações e referência a outros documentos da Igreja Católica, num total de 1232, dos quais 206 ao CIC.

²³ Cf. João Paulo II, Exort. apost. *Ecclesia in America*, 54: AAS 91 (1999) 790; Catecismo da Igreja Católica, 24.

3 A *PARTICIPATIO* DE TOMÁS DE AQUINO

3.1 Tomás de Aquino – breve histórico

Bem centrado no século XIII – 1225 a 1274 -, Tomás de Aquino nasceu em 1225 no castelo de Roccasecca em Aquino, na região do Lácio, no sul da Itália e faleceu em 1274 na abadia de Fossanova (Itália), depois de um acidente, quando se deslocava - convocado pelo então Papa Gregório X - para participar do segundo Concílio de Lyon.

Dos 5 aos 10 anos, Tomás de Aquino fez seus estudos com os monges da vizinha cidade de Monte Cassino. Em 1239, foi enviado para Nápoles, onde estudou as artes liberais, como iniciação ao conhecimento filosófico e teológico.

Em 1240, tornou-se discípulo de Alberto Magno, em Colônia, ingressando na ordem religiosa dos Dominicanos em 1244. Em 1252, formou-se em teologia e, daí a 1259, lecionou na Universidade de Paris.

Depois, volta à Itália, onde é nomeado professor na cúria pontifical de Roma.

Ensina, durante anos, em várias cidades italianas. Uma década depois, retorna a Paris, onde leciona até 1273. A seguir, parte para Nápoles, onde reestrutura o ensino superior.

É vasta a obra que Tomás de Aquino nos deixou, normalmente dividida em “obras maiores” e “obras menores”. O conceito de participação – objeto de nosso estudo mais adiante - encontra-se em diversas dessas obras – *O ente e a essência, Sobre a Verdade, Comentário às Sentenças etc.* – e sob diferentes estágios de evolução, já apresentando na *Suma Teológica* a forma mais robusta com que o conhecemos hoje.

De todas as suas obras, a *Suma Teológica* talvez seja a mais conhecida, talvez pela abrangência e extensão, embora seja considerada incompleta, dada a morte prematura de Tomás de Aquino em 1274, com apenas 49 anos.

Chamado de Doutor Angélico e de Príncipe da Escolástica, Tomás de Aquino foi canonizado em 1323 pelo Papa João XXII e proclamado doutor da Igreja Católica em 1567.

3.2 O conceito de participação e os filósofos clássicos

Apresentamos a seguir uma breve abordagem da evolução do conceito de participação a partir dos filósofos clássicos (Platão, Aristóteles, Pseudo Dionísio etc.), que à época se viram motivados a buscar explicações para a constituição e origem do *ser* das coisas, sendo a participação uma das ideias desenvolvidas, onde se reconhece que o ser é e é o que é por participação.

Sem dúvida, Tomás de Aquino apoia-se nessas fontes antigas (sobretudo o Pseudo Dionísio), entretanto, não é nosso objetivo neste trabalho aprofundar a conceituação de *ser* desenvolvida por esses pensadores, tampouco investigar as origens da concepção da existência do bem nas coisas em função de sua participação no “Bem em si”.

Já se evidencia do acima exposto que o conceito de participação não foi criado por Tomás de Aquino, embora tenha sido por ele desenvolvido e integrado em sua síntese pessoal.

Conforme nos mostra Castro²⁴, esse conceito já era tratado pelos filósofos Pitagóricos, apesar de o termo em si ter sido cunhado por Platão (427–347 a.C.).

As coisas sensíveis são, para Platão, como que uma materialização de sua idealização no “mundo das Ideias”²⁵, como continua Castro:

²⁴ Castro, Roberto Carlos Gomes de
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-26012011-094150/pt-br.php> pp.99, nota 329.

²⁵ “A famosa expressão “mundo das Ideias” Platônico - que dá a entender tratar-se de um universo separado, onde se encontrariam as Ideias eternas e imutáveis – é resultado de um erro de tradução cometido na época helenística e reproduzido nos séculos seguintes. No texto grego original de *A república* (509d), a palavra usada por Platão é *tópos* (lugar) e não *kósmos* (mundo). Assim, as Ideia ou Formas, que podem ser alcançadas pela inteligência, estão no pensamento, e não num mundo físico separado.”

Castro, Roberto Carlos Gomes de
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-26012011-094150/pt-br.php> pp.99, nota 330.

Para Platão, os seres sensíveis não têm propriamente realidade, mas dependem de sua Ideia correspondente, que lhes dá o ser por participação. Uma árvore, por exemplo, é uma mera cópia, uma imagem da Ideia real de árvore, assim como um homem, um cachorro e uma pedra não são reais em si, mas participam da Ideia de homem, cachorro e pedra respectivamente.

Entretanto, Platão não responde como isso ocorre, como a partir da Ideia se dá a participação no *ser* sensível.

O Sócrates platônico, não satisfeito com a explicação dos filósofos naturalistas - de que a origem das coisas está no próprio mundo sensível -, busca nas Ideias a resposta à causa dos *seres*. Note-se, porém, que já há a concepção do “Belo em si”, um Belo único do qual proveem, por participação, os demais belos, mas, reconhece a dificuldade em explicar o processo pelo qual se dá o efeito pela causa:

Quanto a mim, estou firmemente convencido, de um modo simples e natural, e talvez até ingênuo, que o que faz belo um objeto é a existência daquele Belo em si, de qualquer modo que se faça a sua comunicação com este. O modo por que essa participação se efetua, não o examino nesse momento; afirmo, apenas, que tudo que é belo é belo em virtude do Belo em si.²⁶

Uma interessante mudança de paradigma sobre o tema se vê em Aristóteles (384-322 a.C.), cuja explicação para a existência das coisas parece tender mais à escola naturalista – a origem das coisas sensíveis está no próprio mundo - e envolve maior complexidade conceitual.

Aristóteles propõe que o *ser* é caracterizado por quatro causas em quatro formas de conhecimento:

- Quanto às causas:
 1. **Causa formal**, relaciona-se à forma sensível do ser;
 2. **Causa material**, relaciona-se à matéria que constitui o ser;
 3. **Causa eficiente**, relaciona-se às mudanças e movimentos do ser;

²⁶ *Fédon* 100d.

4. **Causa final**, relaciona-se à finalidade do ser, seu propósito.
- Quanto às formas de conhecimento:
 1. **Por acidente**, são os atributos do ser, mas que não o determinam por completo. Por exemplo, ser músico é um atributo de Beethoven, mas Beethoven não é apenas músico;
 2. **Por si mesmo**; subdividida em dez categorias, das quais, a maior importância Aristóteles atribui à substância, pois, é o fundamento primeiro das coisas, de quem tudo mais decorre. Ou seja, das dez, é a única que pode existir autonomamente, as demais dela dependem:
 - a. Substância;
 - b. Qualidade;
 - c. Quantidade;
 - d. Relação;
 - e. Ação;
 - f. Paixão;
 - g. Lugar;
 - h. Tempo;
 - i. Situação;
 - j. Posse;
 3. **Como verdadeiro ou como falso**; a própria nomenclatura já o determina;
 4. **Em potência ou em ato**; ou seja, enquanto a potência refere-se àquilo que pode ser realizado ou vir a ser, o ato é sua realização.

Ainda segundo Aristóteles, a forma é a essência de cada coisa e sua substância primária²⁷, podendo ser entendida como a substância desprovida de matéria. Para

²⁷ *Metafísica*, VII, 7.

Aristóteles é inconcebível haver matéria sem forma e vice-versa. Enfim, substância é um composto de forma e matéria, como nos diz Castro²⁸:

Com essas ideias, Aristóteles mostrou que o conhecimento do *ser* está mesmo nas coisas sensíveis da natureza – e não nas alturas quase inalcançáveis do inteligível. É ali, na estrutura interna das coisas, na sua matéria e na sua forma, que se encontram as respostas sobre o que é o *ser*, qual é a sua forma e qual é a sua finalidade.

Passado cerca de um milênio, Boécio (480-525) desenvolve diversos trabalhos, entre os quais o que trata da questão do Bem e resgata os conceitos e ideais platônicos e aristotélicos, o que posteriormente também contribui fortemente para Tomás de Aquino, conforme encontramos em Castro²⁹:

Mais tarde, os conceitos de participação, originário de Platão, e de substância, tomado do Aristóteles, foram utilizados por Boécio (480-525) para discutir a questão do Bem.

Boécio apresenta uma questão fundamental, que assistirá para que Tomás de Aquino aprofunde seu conceito de *participatio*; ainda em Castro³⁰:

No tratado *De hebdomadibus*, Boécio faz a seguinte pergunta: tendo como pressuposto que todas as coisas existentes são boas em si mesmas – uma vez que todas buscam o bem, o que seria impossível se não fossem boas –, elas são boas por participação ou por substância?

A genial pergunta já aponta para a resposta, pois, se fossem boas por substância, isso lhes seria inerente, o que seria um absurdo, já que a constatação de sua falsidade é diretamente observável no mundo tangível.

²⁸ Castro, Roberto Carlos Gomes de
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-26012011-094150/pt-br.php> pp.102.

²⁹ Idem.

³⁰ Ibidem.

Mais tarde, Pseudo Dionísio Areopagita³¹ faz a união das teorias aristotélica e platônica - onde se pode considerar que “forma” está para “Ideia”, assim como, “substância” está para “ser” -, união esta que influenciará decisivamente Tomás de Aquino em sua conceituação de *participatio*, como enfatiza Castro³²:

Dionísio contribuiu decisivamente para Tomás de Aquino refletir sobre a questão da participação, de modo que o pensamento mais profundo do Aquinate sobre esse tema tem como base a obra daquele pensador.

³¹ Pseudo-Dionísio, o Areopagita ou simplesmente Pseudo-Dionísio é o nome pelo qual é conhecido o autor de um conjunto de textos (Corpus Areopagiticum) que exerceram, segundo os historiadores da filosofia e da arte, uma forte influência em toda a mística cristã ocidental na Idade Média.

O autor se apresenta como Dionísio, o ateniense membro do Areópago, o único convertido por São Paulo (em Atos 17:34), no Século I. Mas provavelmente os textos foram escritos por um teólogo bizantino sírio do fim do século V ou início do século VI, originalmente em grego, depois traduzidos para o latim por João Escoto Erígena.

Até o século XVI, os textos tinham valor quase apostólico, já que Dionísio fora o primeiro discípulo de Paulo de Tarso. Nessa época surgiram as primeiras controvérsias a respeito da sua autenticidade. Argumentava-se que os textos continham marcada influência de Proclo, da escola neoplatônica de Atenas, e portanto não poderiam ser anteriores ao século V. Mas somente a partir do século XIX essa tese foi aceita e o autor desconhecido passou a ser chamado Pseudo-Dionísio.

³² Castro, Roberto Carlos Gomes de
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-26012011-094150/pt-br.php> pp.105.

3.3 O conceito de participação – *participatio* – em Tomás

Como vimos acima, o conceito de participação – a *participatio* – de Tomás de Aquino, embora presente de forma embrionária no início de sua vida acadêmica, a forma robusta final é resultado de profundas considerações, que foram se aperfeiçoando no decorrer de sua vida, como se pode constatar ao longo de seus trabalhos.

Encontramos em Castro³³ referências precisas e reflexões profundas que contribuem fortemente para o melhor entendimento da evolução do conceito tomasiano da *participatio*.

Entretanto, como dissemos anteriormente, o propósito deste nosso trabalho é mostrar que a proposta do CIC depende da doutrina da participação nas quatro grandes partes em que se divide, especialmente quanto aos aspectos inovadores do CIC – ao ligar a vida de fé à vida quotidiana – e ao que apresenta como especificamente cristão e católico.

Aqui fazemos valer a pedagógica abordagem que Lauand (2000) faz em sua apresentação da *participatio* em Tomás:

Participação é um conceito central em S. Tomás, para o qual vale a sugestiva observação de Weisheipl: "Tomás, como todo mundo, teve uma evolução intelectual e espiritual. O fato assombroso, porém, é que, desde muito jovem, Tomás apreendeu certos princípios filosóficos fundamentais que nunca abandonou"³⁴.

Essa doutrina encontra-se no núcleo mais profundo do pensamento do Aquinate e é a base tanto de sua concepção do ser como - no plano estritamente teológico - da graça. Indicaremos resumidamente suas linhas principais.

³³ Castro, Roberto Carlos Gomes de
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-26012011-094150/pt-br.php> pp.99 ss.

³⁴ Weisheipl, James A. *Tomás de Aquino - Vida, obras y doctrina*, Pamplona, Eunsa, 1994, p. 16.

Como sempre, voltemo-nos para a linguagem. Começamos reparando no fato de que na linguagem comum, "participar" significa - e deriva de - "tomar parte" (*partem capere*). Ora, há diversos sentidos e modos desse "tomar parte"³⁵. Um primeiro é o de "participar" de modo quantitativo, caso em que o todo "participado" é materialmente subdividido e deixa de existir: se quatro pessoas participam de uma pizza, ela se desfaz no momento em que cada um toma a sua parte.

Num segundo sentido, "participar" indica "ter em comum" algo imaterial, uma realidade que não se desfaz nem se altera quando participada; é assim que se "participa" a mudança de endereço "a amigos e clientes", ou ainda que se "dá *parte* à polícia".

O terceiro sentido, mais profundo e decisivo, é o que é expresso pela palavra grega *metékhein*, que indica um "ter com", um "co-ter", ou simplesmente um "ter" em oposição a "ser"; um "ter" pela dependência (participação) com outro que "é". Tomás, ao tratar da Criação, utiliza este conceito: a criatura *tem* o ser, por participar do ser de Deus, que é ser. E a graça nada mais é do que *ter* - por participação na filiação divina que é em Cristo - a vida divina que é na Santíssima Trindade.

Há - como indica Weisheipl³⁶ - três argumentos subjacentes à doutrina da participação:

- 1) Sempre que há algo comum a duas ou mais coisas, deve haver uma causa comum.
- 2) Sempre que algum atributo é compartilhado por muitas coisas segundo diferentes graus de participação, ele pertence propriamente àquela que o tem de modo mais perfeito.
- 3) Tudo que é compartilhado "procedente de outro" reduz-se causalmente àquele que é "per se".

No pensamento de Tomás, tanto o ato de ser da criatura, quanto a graça são casos de participação. Na criação, Deus que é o ato puro de ser, dá, em participação o ser às criaturas, que **têm** o ato de ser³⁷.

Essa primazia do ser exclui todo "essencialismo" de Tomás, que é, no dizer de Maritain "o mais existencialista de todos os filósofos"³⁸.

³⁵ Cfr. Ocariz, F. *Hijos de Dios en Cristo*, Pamplona, Eunsa, 1972, pp. 42 e ss.

³⁶ Op. cit., pp. 240-241.

³⁷ Para a "participação" do ser em Tomás, cfr. Lauand, L. J. *Razão, Natureza e Graça: Tomás de Aquino em Sentenças*, São Paulo, FFLCHUSP, 1995 e o já mencionado estudo introdutório a Tomás de Aquino: *Verdade e Conhecimento*, São Paulo, Martins Fontes, 1999.

³⁸ J. Maritain, "L'humanisme de Saint Thomas d'Aquin", in *Mediaeval Studies*, 3 (1941).

Nesse sentido, estão as metáforas de que Tomás se vale para explicar a participação. Ele compara o ato de ser (conferido em participação às criaturas pelo ato criador de Deus) ou a graça (a filiação divina que nos é conferida pela participação na Filiação de Cristo) à luz e ao fogo: um ferro em brasa *tem* calor porque participa do fogo, que "é calor"³⁹; um objeto iluminado "tem luz" por participar da luz que é na fonte luminosa⁴⁰.

Tendo em conta essa doutrina, já entendemos melhor a sentença de Guimarães Rosa: "O sol não é os raios dele, é o fogo da bola"⁴¹.

³⁹ Evidentemente, não no sentido da Física atual, mas o exemplo é compreensível.

⁴⁰ Participação envolve, pois, graus e procedência. Tomás parte do fenômeno evidente de que há realidades que admitem graus (como diz a antiga canção de Chico Buarque: "tem mais samba no encontro que na espera...; tem mais samba o perdão que a despedida"). E pode acontecer que a partir de um (in)certo ponto, a palavra já não suporte o esticamento semântico: se chamamos vinho a um excelente Bordeaux, hesitamos em aplicar este nome ao equívoco "Chateau de Carapicuíba" ou "Baron de Quitaúna". As coisas se complicam - e é o caso contemplado por Tomás - quando uma das realidades designadas pela palavra é fonte e raiz da outra: em sua concepção de participação a rigor, não poderíamos predicar "quente" do sol, se a cada momento dizemos que o dia ou a casa estão quentes (se o dia ou a casa *têm* calor é porque o sol é quente). Assim, deixa de ser incompreensível para o leitor contemporâneo que, no artigo 6 da *Questão disputada sobre o verbo*, Tomás afirme que não se possa dizer que o sol é quente (*sol non potest dici calidus*). Ele mesmo o explica, anos depois, na *Summa Contra Gentiles* (I, 29, 2), que acabamos dizendo quente para o sol e para as coisas que recebem seu calor, porque a linguagem é assim mesmo: "Como os efeitos não têm a plenitude de suas causas, não lhes compete (quando se trata da 'verdade da coisa') o mesmo nome e definição delas. No entanto (quando se trata da 'verdade da predicação'), é necessário encontrar entre uns e outros alguma semelhança, pois é da própria natureza da ação, que o *agente produza algo semelhante a si* (Aristóteles), já que todo agente age segundo o ato que é. Daí que a forma (deficiente) do efeito encontra-se a outro título e segundo outro modo (plenamente) na causa. Daí que não seja unívoca a aplicação do mesmo nome para designar a mesma *ratio* na causa e no efeito. Assim, o sol causa o *calor* nos corpos inferiores agindo segundo o calor que ele é em ato: então é necessário que se afirme alguma semelhança entre o calor gerado pelo sol nas coisas e a virtude ativa do próprio sol, pela qual o calor é causado nelas: daí que se acabe dizendo que o sol é quente, se bem que não segundo o mesmo título pelo qual se afirma que as coisas são quentes. Desse modo, diz-se que o sol - de algum modo - é semelhante a todas as coisas sobre as quais exerce eficazmente seu influxo; mas, por outro lado é-lhes dessemelhante porque o modo como as coisas possuem o calor é diferente do modo como ele se encontra no sol. Assim também, Deus, que distribui todas suas perfeições entre as coisas é-lhes semelhante e, ao mesmo tempo, dessemelhante". Todas essas considerações parecem extremamente naturais quando nos damos conta de que ocorrem em instâncias familiares e quotidianas de nossa própria língua: um grupo de amigos vai fazer um piquenique em lugar ermo e compra alguns pacotes de gelo (desses que se vendem em postos de gasolina nas estradas) para a cerveja e refrigerantes. As bebidas foram dispostas em diversos graus de contato com o gelo: algumas garrafas são circundadas por muito gelo; outras, por menos. De tal modo que cada um pode escolher: desde a cerveja "estupidamente gelada" até o refrigerante só "um pouquinho gelado"... Ora, é evidente que o grau de "gelado" é uma qualidade *tida*, que depende do contato, da participação da fonte: o gelo, que, ele mesmo, não pode ser qualificado de "gelado"... Estes fatos de participação são-nos, no fundo, evidentes, pois com toda a naturalidade dizemos que "gelado", gramaticalmente, é um *participio*...

⁴¹ *Noites do Sertão*, Rio de Janeiro, José Olympio, 6a. ed., 1979, p. 71.

Nesse referencial teórico, enquadra-se o conceito essencialíssimo da graça que vai ser o diferencial do catolicismo (e de algumas outras igrejas cristãs): não se trata de uma adesão a uma série de preceitos; mas de uma *“vida nova, participação na própria vida íntima de Deus: a vida da graça que principia no sacramento do Batismo”* (CIC), como veremos a seguir.

4 GRAÇA E A PARTICIPAÇÃO NA VIDA DIVINA

4.1 A graça

Analisemos, agora, o tema de decisiva importância: a diferença essencial do cristianismo: a graça.

No ponto 1997 do CIC temos a seguinte definição de graça:

1997 A graça é uma *participação na vida de Deus*, introduz-nos na intimidade da vida trinitária: pelo Baptismo, o cristão participa na graça de Cristo, cabeça do seu corpo; como «filho adoptivo», pode doravante chamar «Pai» a Deus, em união como seu Filho Unigénito; e recebe a vida do Espírito, que lhe infunde a caridade e forma a Igreja.

É, então, um dom gratuito e sobrenatural que Deus provê às pessoas para a salvação de suas almas, pelos méritos de Seu Filho Jesus Cristo, que ensina seus seguidores a chamar Deus de Pai (Mt 6, 9-13).

Na liturgia Armênia Católica, durante a Missa – logo antes de Pai Nosso -, há uma oração muito bonita, proferida em voz baixa pelo celebrante, enquanto o diácono canta um memorial pelos vivos e falecidos:

“Deus verdadeiro e Pai de misericórdia, nós vos somos gratos. Vós honrastes nossa natureza de devedores de forma superior que à dos beatos Patriarcas; em verdade, por eles fostes chamado Deus, mas por nós, por clemência vossa, quisestes ser chamado Pai. Agora, ó Senhor, vos suplicamos, que esse Nome tão novo e precioso, dia a dia floresça e resplandeça na vossa Santa Igreja.”⁴².

Alcançar uma graça significa receber um favor, um socorro, de Deus. Ela nos é dada para nos capacitar a responder a um convite Divino e procurarmos viver em santidade, exercitando em plenitude o “dom” de, como filhos adotivos, *participarmos da Vida Divina*, dom este inicialmente recebido no Batismo.

⁴² Missa Cantada em Rito Armênio, Exarcado Apostólico Armênio para a América Latina, São Paulo, junho/2007, p.115.

A graça está presente também no Antigo Testamento, podemos dizer que é um favor concedido por Deus, conforme encontramos no livro do Gênesis:

“Noé, porém, achou graça aos olhos do Senhor”. (Gn 6, 8)

Também no Novo Testamento encontramos a utilização do termo graça como uma dádiva espontânea de Deus, pela qual uma pessoa se torna por Ele aceita ou auxiliada em suas ações, como podemos depreender de São Paulo apóstolo:

“Mas, pela graça de Deus, sou o que sou, e sua graça para comigo não foi inútil; antes, trabalhei mais do que todos eles; contudo, não eu, mas a graça de Deus comigo.”. (1Cor 15, 10)

Prosseguindo no CIC, temos a seguinte redação no ponto 1998:

#1998. Esta vocação para a vida eterna é sobrenatural. Depende inteiramente da iniciativa gratuita de Deus, porque só Ele pode revelar-Se e dar-Se a Si mesmo. E ultrapassa as capacidades da inteligência e as forças da vontade humana, como de qualquer criatura⁴³.

E, ainda, o ponto 37 do CIC nos lembra das palavras do Papa Pio XII em sua encíclica *Humanis Generis*:

37. Nas condições históricas em que se encontra, o homem experimenta, no entanto, muitas dificuldades para chegar ao conhecimento de Deus só com as luzes da razão:

«Com efeito, para falar com simplicidade, apesar de a razão humana poder verdadeiramente, pelas suas forças e luz naturais, chegar a um conhecimento verdadeiro e certo de um Deus pessoal, que protege e governa o mundo pela sua providência, bem como de uma lei natural inscrita pelo Criador nas nossas almas, há, contudo, bastantes obstáculos que impedem esta mesma razão de usar eficazmente e com fruto o seu poder natural, porque as verdades que dizem respeito a Deus e aos homens ultrapassam absolutamente a ordem das coisas sensíveis; e quando devem traduzir-se em actos e informar a vida, exigem que nos dêmos e renunciemos a nós

⁴³ Cf. 1 Cor 2, 7-9.

próprios. O espírito humano, para adquirir semelhantes verdades, sofre dificuldade da parte dos sentidos e da imaginação, bem como dos maus desejos nascidos do pecado original. Daí deriva que, em tais matérias, os homens se persuadem facilmente da falsidade ou, pelo menos, da incerteza das coisas que não desejariam fossem verdadeiras»⁴⁴.

Assim, todas as pessoas são dotadas de inteligência e vontade e com uma natural inclinação para a verdade e o bem, apesar das dificuldades resultantes do pecado original.

As pessoas recebem de Deus pela primeira vez uma “graça santificante/habitual” através do sacramento do batismo. Razão pela qual a Igreja recomenda que as crianças sejam batizadas o mais cedo possível, a fim de que recebam desde o nascimento, as graças necessárias à sua vida.

A “graça santificante” é uma qualidade permanente que Deus concede à alma e que permanecerá nela, desde que ela não a comprometa pelo pecado mortal. Este dom transforma a alma e a eleva a um plano sobrenatural, de tal modo, que uma pessoa em “estado de graça” possui preciosos atributos:

- É santo e agradável a Deus (Hb 12,28);
- É chamado filho de Deus (1 Jo 3,1);
- É templo do Espírito Santo. (1 Cor 3, 16).

Assim sendo, podemos afirmar que a “graça santificante” é uma nova vida concedida por Deus à alma. Uma vez que esta nova vida é uma participação criada pelo próprio Deus, pode-se dizer que a alma com a “graça santificante” *participa da Natureza Divina* (2 Pdr 1,4).

⁴⁴ Pio XII. Enc. Humani Generis: DS 3875.

Também podemos afirmar que a graça é dom do Espírito Santo que nos justifica e santifica, que nos faz agradáveis a Deus e nos convida ao serviço da caridade e, por conseguinte, nos torna *participantes da Vida Divina*.

Já, a “graça atual” é um dom transitório, ou seja, um estímulo ou impulso inicial, uma sugestão à mente para dirigir-se à graça santificante, conforme podemos depreender do ponto 2000 do CIC:

2000 A graça santificante é um dom habitual, uma disposição estável e sobrenatural, que aperfeiçoa a alma, mesmo para a tornar capaz de viver com Deus e de agir por seu amor. Devemos distinguir a graça habitual, disposição permanente para viver e agir segundo o apelo divino, e as graças actuais, que designam as intervenções divinas, quer na origem da conversão, quer no decurso da obra de santificação.

É precisamente pela sua peculiar concepção da graça que o catolicismo (junto com algumas outras igrejas cristãs) não é uma doutrina religiosa a mais, nem consiste em uma série de preceitos (mais ou menos comuns a outras religiões como o Islam ou o Judaísmo...). Há esta diferença essencial: Trata-se no catolicismo de uma vida nova, participação na própria vida íntima de Deus: a vida da graça que principia no sacramento do Batismo. O alcance e o significado da vocação cristã estão ligados a uma compreensão do alcance e do significado do Batismo.

E o princípio dessa nova vida é o Batismo, conforme nos diz Lauand⁴⁵:

Ao começarmos a tratar deste tema é muito conveniente "desacostumarmo-nos", recordar (ou, talvez, considerar pela primeira vez...) esta espantosa realidade, que é a própria essência do cristianismo: a graça, a vida sobrenatural.

Tudo começa quando o Filho de Deus ao se fazer homem e habitar entre nós, misteriosamente comunica-nos sua divindade pelo Batismo de tal modo que somos - e essa formulação é importante -

⁴⁵ LAUAND, Jean. A Filosofia da Educação no novo Catecismo Católico. Conventit Internacional (USP), Porto, v. 3, p. 71-82, 2000.

participantes da vida divina de Cristo: como diz o texto essencial de Hbr 3,14.

Esta doutrina evangélica é explicada detalhadamente pelo apóstolo Paulo. Aliás, desde o primeiro momento de sua conversão, quando Cristo lhe aparece já lhe propõe a inquietante e infinitamente sugestiva questão:

- "Saulo, Saulo, por que **ME** persegues?".

E quando Saulo pergunta:

- "Quem és tu, Senhor?"

Ouve a resposta:

- "Eu sou Jesus, a quem tu persegues".

E aí precisamente começa a revolucionária revelação: para Saulo, Cristo estava morto e ele perseguia cristãos... e de repente descobre que Cristo é Deus, que Ele ressuscitou e está vivo, não só à direita de Deus Pai, mas de algum modo, em Pedro, João, André, Estevão..., nos cristãos, como dirá o próprio Paulo no essencial Gal 2,20: "Já não sou eu que vivo; é Cristo que vive em mim".

Nesse sentido o CC afirma que, pelo Batismo, estamos conectados, como que "plugados" em Cristo. Ou para usar a palavra-chave (de Hbr 3, 14): *participação*.

Vejamos, nesse sentido, alguns pontos do CIC:

1265. O batismo não só purifica de todos os pecados, mas faz também do batizando "uma nova criação" (II Cor. 5, 17), *um filho adotivo de Deus tornando-o "participante da natureza divina"* (II Pe. 1, 4), *membro de Cristo* (I Cor. 6, 15; 15,27) e co-herdeiro com Ele (Rom 8,17), *templo do Espírito Santo* (I Cor. 6, 19).

1277. *O batismo constitui o nascimento para a vida nova em Cristo.*

A graça nos dá uma união íntima com Cristo: pelo Batismo somos como que enxertados em Cristo (Rom 6,4 e II, 23) e principia em nós a in-habitação da Trindade, que se chama vida sobrenatural. Essa nova vida não é que elimina a vida

natural, nem a ela está justaposta; pelo contrário, empapa-a, informa-a, estrutura-a por dentro.

A espiritualidade cristã - esta é a grande novidade consagrada pelo Vaticano II - dirige-se a que descubramos e cultivemos essa vida interior, também e principalmente em nossa vida quotidiana. Pois, pelo Batismo, Cristo habita em nós e a vida cristã - alimentada pelos demais sacramentos - nada mais é do que a busca da plenitude desse processo - realizado pelo Espírito Santo - de identificação com Cristo, que principia no Batismo e tende no limite àquele: "Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim" (Gal 2,20) de S. Paulo.

2813. Pela água do Batismo ... durante toda nossa vida nosso Pai "nos chama à santificação".

Cristo vive em seus "terminais": cada cristão não é só nem principalmente alguém que segue um código, é alguém que recebeu e tem a própria vida de Cristo.

Cada cristão está chamado a ser outro Cristo.

Uma das formas de Cristo perpetuar sua presença no mundo - em todos os lugares do mundo, em todas as épocas - é estando presente nos cristãos. Esta presença principia pelo Batismo... E isto é o que se chama graça: a participação da vida divina em nós. Isto é precisamente o que outras religiões não aceitam: que nossa vida passa a ser (em participação) a própria vida íntima divina.

108. (...) Todavia a fé cristã não é uma "Religião de Livro". O cristianismo é a religião da "Palavra", não de um verbo escrito e mudo, mas do Verbo encarnado e vivo"(S. Bernardo).

O conceito fundamental é, portanto, o de graça: uma palavra "técnica" que toca as profundidades da teologia. Graça, no sentido religioso, não por acaso é a mesma

palavra que se usa em expressões como "de graça", "gratuito" etc.: a graça é o dom por excelência.

Para entendermos isto, detenhamo-nos um pouco numa comparação entre a criação (onde Deus nos dá em participação o ser) e a graça (onde Deus nos dá em participação sua própria vida íntima).

Graça e criação: ambos são dom, favor e amor gratuito de Deus; mas a criação é, como diz S. Tomás, o amor *communis* (o amor geral) de Deus às coisas: o amor com que Deus ama as plantas, a formiga, a estrela; entes que são por um ato de Amor e de Volição divina.

Mas, além desse "amor comum", há ainda (formulação também de Tomás) um amor *specialis*, pelo qual Deus eleva o homem a uma vida acima das condições de sua natureza (vida sobre-natural) e o introduz numa nova dimensão do viver.

Como nos apresenta Lauand⁴⁶:

A graça nos dá uma união íntima com Cristo: pelo Batismo somos como que enxertados em Cristo (Rom 6,4 e II, 23) e principia em nós a *in-habitação da Trindade*, que se chama vida sobrenatural.

Essa nova vida não é que elimina a vida natural, nem a ela está justaposta; pelo contrário, empapa-a, informa-a, estrutura-a por dentro.

A espiritualidade cristã - esta é a grande novidade consagrada pelo Vaticano II - dirige-se a que descubramos e cultivemos essa vida interior, também e principalmente em nossa *vida quotidiana*. Pois, pelo Batismo, Cristo habita em nós e a vida cristã - alimentada pelos demais sacramentos - nada mais é do que a busca da plenitude desse processo - realizado pelo Espírito Santo - de identificação com Cristo, que principia no Batismo e tende no limite àquele: "Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim" (Gal 2,20) de S. Paulo.

⁴⁶ LAUAND, Jean. A Filosofia da Educação no novo Catecismo Católico. Conventit Internacional (USP), Porto, v. 3, p. 71-82, 2000.

Cristo vive em seus "terminais": cada cristão não é só nem principalmente alguém que segue um código, é alguém que recebeu e *tem* a própria vida de Cristo.

Cada cristão está chamado a ser outro Cristo.

Uma das formas de Cristo perpetuar sua presença no mundo - em todos os lugares do mundo, em todas as épocas - é estando presente nos cristãos.

Esta presença principia pelo Batismo... E isto é o que se chama graça: a *participação da vida divina* em nós. Isto é precisamente o que outras religiões não aceitam: que nossa vida passa a ser (em participação) a própria vida íntima divina.

O conceito fundamental é, portanto, o de graça: uma palavra "técnica" que toca as profundidades da teologia. Graça, no sentido religioso, não por acaso é a mesma palavra que se usa em expressões como "de graça", "gratuito" etc.: a graça é o *dom* por excelência. Para entendermos isto, detenhamo-nos um pouco numa comparação entre a criação (onde Deus nos dá em participação o ser) e a graça (onde Deus nos dá em participação sua própria vida íntima). Graça e criação: ambos são dom, favor e amor gratuito de Deus; mas a criação é, como diz S. Tomás, o *amor comunis* (o amor geral) de Deus às coisas: o amor com que Deus ama as plantas, a formiga, a estrela; entes que são por um ato de Amor e de Volição divina.

Mas, além desse "amor comum", há ainda (formulação também de Tomás) um *amor specialis*, pelo qual Deus eleva o homem a uma vida acima das condições de sua natureza (vida sobre-natural) e o introduz numa nova dimensão do viver.

A graça, que recebemos no Batismo, é uma realidade nova, uma vida nova, uma luz nova, uma qualidade nova que capacita nossa alma a acolher dignamente, para nela habitarem, as três pessoas divinas. Este *amor absoluto* (S. Tomás) é uma *participação* na vida íntima de Deus; a alma passa assim a ter uma vida nova: nela habita (ou para usar o termo teológico: inhabita - *inhabitatío*, habitação imediata, sem intermediários) a Trindade.

Assim, quando se trata de definir a graça, Tomás vale-se das mesmas comparações de participação no ser.

Não se trata de um panteísmo porque é participação (Hbr 3, 14; 2Pe 1, 4): TER por oposição a SER.

Cristo **é** o Filho de Deus; nós **temos** a filiação divina.

A Filiação do Verbo (que traz consigo toda a vida íntima da Trindade) nos é dada em participação por Cristo, pelo Batismo.

Daí que ser católico não se restrinja a cerimônias, a práticas ou a cumprir regras de conduta; mas sim a alimentar um processo de identificação com Cristo, por assim dizer, 24 horas por dia.

Assim, quando o Catecismo da Igreja Católica declara o Batismo o sacramento da iniciação cristã por excelência está afirmando algo de muito distinto do que um mero "entrar no clube" ou "tirar a carteirinha" de cristão.

4.2 Os instrumentos da Graça

Como vimos acima, o Batismo é o instrumento introdutório à vida na graça Divina. Há, ainda, outros instrumentos de comunicação da graça que, em número de sete, elencamos a seguir, apresentando seus respectivos sinais e efeitos, segundo a tradição católica.

Antes, porém, cabe ressaltar que, para a Igreja Católica, a aplicação dos sacramentos são condição *sine qua non* para a salvação do Católico, conforme depreendemos do CIC:

1129. A Igreja afirma que, para os crentes, os sacramentos da Nova Aliança são *necessários para a salvação*⁴⁷. A «graça sacramental» é a graça do Espírito Santo dada por Cristo e própria de cada sacramento. O Espírito cura e transforma aqueles que O recebem, conformando-os com o Filho de Deus. O fruto da vida sacramental é que o Espírito de adopção deifique os fiéis⁴⁸, unindo-os vitalmente ao Filho único, o Salvador.

Entretanto, não há de se limitar a concessão das Graças Divinas à ação exclusiva de Seus ministros, de forma que o CIC complementa:

2003. A graça é, antes de tudo e principalmente, o dom do Espírito que nos justifica e nos santifica. Mas também compreende os dons que o Espírito nos dá, para nos associar à sua obra, para nos tornar capazes de colaborar na salvação dos outros e no crescimento do corpo Místico de Cristo, que é a Igreja. São as graças sacramentais, dons próprios dos diferentes sacramentos. São, além disso, as graças especiais, também chamadas «carismas», segundo o termo grego empregado por São Paulo e que significa favor, dom gratuito, benefício⁴⁹. Qualquer que seja o seu carácter, por vezes extraordinário, como o dom dos milagres ou das línguas, os carismas

⁴⁷ Cf. Concílio de Trento, Canones de sacramentis in genere, can 4: DS 1604.

⁴⁸ Cf. 2 Pe 1, 4.

⁴⁹ Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 12: AAS 57 (1965) 16-17.

estão ordenados para a graça santificante e têm por finalidade o bem comum da Igreja. Estão ao serviço da caridade que edifica a Igreja⁵⁰.

Em seguida apresentamos os sete sacramentos, principais instrumentos através dos quais se dá a graça de forma ordinária, ou seja, a participação do ser criado na Vida Divina, conforme afirma a Igreja Católica.

⁵⁰ Cf. 1 Cor 12.

4.3 Os Sacramentos

Para a fé católica, os sacramentos estão relacionados a gestos e palavras de Cristo que concedem e comunicam a graça santificadora sobre quem os recebe.

Sobre os sacramentos, São Leão Magno diz: "o que era visível no nosso Salvador passou para os seus sacramentos".⁵¹

Tomás de Aquino define assim as diferentes dimensões do sinal sacramental:

“Sacramentum est et signum rememorativum eius quod praecessit, scilicet passionis Christi; et demonstrativum eius quod in nobis efficitur per Christi passionem, scilicet gratiae; et prognosticum, id est, praenuntiativum futurae gloriae – O sacramento é sinal rememorativo daquilo que o precedeu, ou seja, da paixão de Cristo; e demonstrativo daquilo que em nós a paixão de Cristo realiza, ou seja, da graça; e prognóstico, quer dizer, que anuncia de antemão a glória futura”.⁵²

Ao celebrá-los, a Igreja Católica alimenta, exprime e fortifica a sua fé, sendo por isso os sacramentos uma parte integrante e inalienável da vida de cada católico e fundamentais para a sua salvação. Isto porque eles conferem ao crente a graça divina, os dons do Espírito Santo, "o perdão dos pecados, [...] a conformação a Cristo Senhor e a pertença à Igreja", que o torna capaz "de viver a vida nova de filhos de Deus em Cristo acolhido com a fé"⁵³.

Daí a grande importância dos sacramentos na liturgia católica.

⁵¹ Compêndio do Catecismo da Igreja Católica, q.225, http://www.vatican.va/archive/compendium_ccc/documents/archive_2005_compendium-ccc_po.html .

⁵² Tomás de Aquino, Summa theologiae, 3, q. 60, a. 3 c.: Ed. Leon. 12, 6.

⁵³ Compêndio do Catecismo da Igreja Católica, q.357, http://www.vatican.va/archive/compendium_ccc/documents/archive_2005_compendium-ccc_po.html .

Ao todo, a Igreja Católica proporciona sete sacramentos:

Batismo é dado às crianças e a convertidos adultos que não tenham sido antes batizados validamente (o batismo da maior parte das igrejas cristãs é considerado válido pela Igreja Católica, contanto que seja feito pela fórmula: "em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo". A rigor, todo cristão pode, nessa fórmula, batizar validamente alguém, nomeadamente em situações urgentes. Entretanto, o batismo será ilícito, devendo o batizado ser levado na presença de um sacerdote, para que complete os rituais do sacramento, como a unção com o Crisma e com o óleo dos catecúmenos).

Confissão, Penitência ou Reconciliação, envolve a admissão de pecados perante um sacerdote da Igreja Católica e a execução das penitências (tarefas a desempenhar a fim de alcançar a absolvição ou o perdão de Deus) impostas pelo sacerdote durante a confissão.

Eucaristia (Comunhão) é o sacramento mais importante da Igreja, uma vez que nela se relembra e se renova o mistério pascal de Cristo, atualizando e renovando assim a salvação da humanidade. Por isso, recebe também o nome de Santíssimo Sacramento. Este sacramento está associado também à transubstanciação; após a consagração, o pão e o vinho oferecidos e consagrados se tornam realmente o Corpo e o Sangue de Jesus Cristo, sob as aparências de pão e vinho.

Na **Confirmação ou Crisma**, o Espírito Santo, que é recebido no batismo é "fortalecido e aprofundado" através da imposição de mãos e da unção com santo óleo do Crisma. Na maior parte das igrejas de Rito Latino, este sacramento é presidido por um bispo e tem lugar no início da idade adulta (na maioria das vezes, quando se completam 15 anos). Nas Igrejas Católicas Orientais o sacramento do Crisma é geralmente executado por um padre imediatamente depois do batismo, conforme atestado pelo Catecismo da Igreja Católica:

1233. Hoje em dia, portanto, em todos os ritos latinos e orientais, a iniciação cristã dos adultos começa com a sua entrada no catecumenato, para atingir o ponto culminante na celebração única dos três sacramentos, Batismo, Confirmação e Eucaristia⁵⁴. Nos ritos orientais, a iniciação cristã das crianças na infância começa no Batismo, seguido imediatamente da Confirmação e da Eucaristia, enquanto no rito romano a mesma iniciação prossegue durante os anos de catequese, para terminar, mais tarde, com a Confirmação e a Eucaristia, ponto culminante da sua iniciação cristã⁵⁵.

O **matrimônio** é o sacramento que valida, diante de Deus, a união de um homem e uma mulher, constituindo assim uma família. Segundo a tradição católica, com base no Evangelho de São Marcos, o casamento é indissolúvel⁵⁶. Só é permitido um segundo casamento no caso da morte de um dos cônjuges ou em situações especiais de nulidade do casamento.

A **Ordem** recebe-se ao entrar para o clero, através da consagração das mãos com o santo óleo do Crisma. Em raras ocasiões, permitiu-se que padres casados que se converteram a partir de outros grupos cristãos fossem ordenados no rito ocidental. No rito ocidental, os homens casados podem ser ordenados diáconos permanentes, mas não podem voltar a casar se a esposa morrer ou se for declarada a nulidade do casamento.

A **Unção dos enfermos** era conhecida como "extrema unção" ou "último sacramento". Envolve a unção de um doente com um óleo sagrado dos enfermos, abençoado especificamente para esse fim. Já não está limitada aos doentes graves e aos moribundos, de forma que Igreja recomenda esse sacramento e o viático para qualquer situação de doença grave.

Vale ressaltar que, dentre estes setes sacramentos, três deles são diferenciados por imporem "caráter" à alma, de forma que só podem ser ministrados uma única vez, conforme o CIC:

⁵⁴ Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 14: AAS 58 (1966) 963: CIC can. 851.865 866.

⁵⁵ Cf. CIC can. 851, 2. 868.

⁵⁶ Cf. Mc 10, 9.

1121. Os três sacramentos do Batismo, Confirmação e Ordem conferem, além da graça, um carácter sacramental ou «selo», pelo qual o cristão participa no sacerdócio de Cristo e faz parte da Igreja segundo estados e funções diversas. Esta configuração a Cristo e à Igreja, realizada pelo Espírito, é indelével⁵⁷, fica para sempre no cristão como disposição positiva para a graça, como promessa e garantia da protecção divina e como vocação para o culto divino e para o serviço da Igreja. Por isso, estes sacramentos nunca podem ser repetidos.

Diretamente relacionados aos sacramentos estão as virtudes, agrupadas de teologais e cardeais (ou morais) como apresentamos a seguir.

As virtudes são disposições habituais para a prática do bem. Possibilitam não somente praticar atos bons, mas fazê-los da melhor forma que podemos. A pessoa virtuosa tende para o bem com todas as suas forças; procura o bem e opta por ele em ações concretas.

⁵⁷ Concílio de Trento, Sess. 7ª, Canones de sacramentis in genere, can 9: DS 1609.

4.4 As Virtudes Teologais

Por ocasião do sacramento do Batismo foi infundida em nós a graça santificante, que nos habilita a nos relacionarmos com a Santíssima Trindade e nos orienta na maneira cristã de agir, fomentando as virtudes morais/cardiais. O Espírito Santo se torna presente em nós, fundamentando estas, que são em número de três: Fé, Esperança e Caridade. Conforme o ponto #1266 do CIC:

1266. A Santíssima Trindade confere ao batizado a graça santificante, a graça da justificação, que:

– o torna capaz de crer em Deus, esperar n'Ele e O amar, pelas virtudes teologais;

– lhe dá o poder de viver e agir sob a moção do Espírito Santo e pelos dons do Espírito Santo;

– lhe permite crescer no bem, pelas virtudes morais. Assim, todo o organismo da vida sobrenatural do cristão tem a sua raiz no santo Batismo.

A Fé: Através da fé acreditamos em Deus, Uno e Trino, no Pai Criador, no Filho Salvador, e no Espírito Santo Santificador:

1814. A fé é a virtude teologal pela qual cremos em Deus e em tudo o que Ele nos disse e revelou e que a santa Igreja nos propõe para acreditarmos, porque Ele é a própria verdade. Pela fé, «o homem entrega-se total e livremente a Deus»⁵⁸. E por isso, o crente procura conhecer e fazer a vontade de Deus. «O justo viverá pela fé» (Rm 1, 17). A fé viva «actua pela caridade» (Gl 5, 6).

Exercemos constantemente a fé (em diversos níveis...) no nosso dia-a-dia – e não só para questões religiosas -, temos fé em pessoas que conhecemos, normalmente de nosso círculo familiar ou de amizade próxima, mas, além disso, frequentemente temos fé em pessoas que não conhecemos; por exemplo: não podemos testemunhar nosso próprio nascimento, entretanto, temos fé em nossos pais, que

⁵⁸ II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 5: AAS 58 (1966) 819.

nos contam detalhes desse evento, bem como, confiamos no cartório que fez o registro e que nos faz acreditar na data e no local do nosso nascimento. Do mesmo modo, quando entramos em um ônibus, num táxi ou num avião, acreditamos que o motorista ou o piloto são habilitados para nos transportar e nós nem os conhecemos, mas acreditamos neles.

A Esperança: É a virtude que nos ajuda a desejar e a esperar tempos melhores em nossa vida aqui na terra e a ter a certeza de que conquistaremos a visão de Deus – visão Beatífica - que será a nossa felicidade:

1818. A virtude da esperança corresponde ao desejo de felicidade que Deus colocou no coração de todo o homem; assume as esperanças que inspiram as actividades dos homens, purifica-as e ordena-as para o Reino dos céus; protege contra o desânimo; sustenta no abatimento; dilata o coração na expectativa da bem-aventurança eterna. O ânimo que a esperança dá preserva do egoísmo e conduz à felicidade da caridade.

Também aqui há níveis: da Esperança certeza da salvação, correspondendo ao dom de Deus, às esperanças em diversos setores da vida. É relativamente comum passarmos por momentos difíceis e desanimarmos diante das dificuldades que encontramos em nossas vidas. De fato, o mundo é muito violento e cheio de catástrofes. Frequentemente assistimos ou temos notícia de cenas de agressões, violência, quando não, ações de corrupção oriundas de pessoas das quais esperávamos bons exemplos. E assistimos também a tragédias provocadas por desastres da natureza.

Vale lembrar do dito de Rui Barbosa:

"De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto."

Precisamos refletir sobre tudo o que está acontecendo, encontrar onde está a falha e buscar uma solução. Sozinhos, não somos nada, mas, com Deus, tudo podemos. A esperança nos leva a tentar vencer os obstáculos.

1820. A esperança cristã manifesta-se, desde o princípio da pregação de Jesus, no anúncio das bem-aventuranças. As bem-aventuranças elevam a nossa esperança para o céu, como nova tema prometida e traçam-lhe o caminho através das provações que aguardam os discípulos de Jesus. Mas, pelos méritos do mesmo Jesus Cristo e da sua paixão, Deus guarda-nos na «esperança que não engana» (Rm 5, 5). A esperança é «a âncora da alma, inabalável e segura» que penetra [...] «onde entrou Jesus como nosso precursor» (Heb 6, 19-20). É também uma arma que nos protege no combate da salvação: «Revistamo-nos com a couraça da fé e da caridade, com o capacete da esperança da salvação» (1 Ts 5, 8). Proporciona-nos alegria, mesmo no meio da provação: «alegres na esperança, pacientes na tribulação» (Rm 12, 12). Exprime-se e nutre-se na oração, particularmente na oração do Pai-Nosso, resumo de tudo o que a esperança nos faz desejar.

A Caridade: É amor. Primeira e principalmente amar a Deus. E por Ele ao próximo. A Caridade não é somente prover bens materiais a quem está necessitado. É conhecer a dor da pessoa que vive perto de nós, quer seja na nossa família, na comunidade ou mais distante. Conhecer a sua dor e procurar com ela resolver o seu problema é empatia e compaixão:

1823. Jesus faz da caridade o *mandamento novo*⁵⁹. Amando os seus «até ao fim» (Jo 13, 1), manifesta o amor do Pai, que Ele próprio recebe. E os discípulos, amando-se uns aos outros, imitam o amor de Jesus, amor que eles recebem também em si. É por isso que Jesus diz: «Assim como o Pai Me amou, também Eu vos amei. Permanecei no meu amor» (Jo 15, 9). E ainda: «É este o meu mandamento: que vos ameis uns aos outros, como Eu vos amei» (Jo 15, 12).

⁵⁹ Cf. Jo 13. 34.

4.5 As Virtudes Cardeais ou Morais

Num total de quatro, as virtudes cardeais são os eixos fundamentais orientadores de nosso comportamento cotidiano:

1805. Há quatro virtudes que desempenham um papel de charneira. Por isso, se chamam «cardeais»; todas as outras se agrupam em torno delas. São: a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança. «Se alguém ama a justiça, o fruto dos seus trabalhos são as virtudes, porque ela ensina a temperança e a prudência, a justiça e a fortaleza» (Sb 8, 7). Com estes ou outros nomes, estas virtudes são louvadas em numerosas passagens da Sagrada Escritura

A Prudência: Refere-se ao reto agir, o bom senso, o equilíbrio. Cuida do lado prático da vida, da ação correta e busca os meios para agir bem. Prudência é o mesmo que sabedoria prática e pre-vidência. O prudente é previdente e providente. É pessoa que abandona as preocupações e abraça as soluções. Deixa as ilusões e opta pelas decisões. Rejeita as omissões e se empenha nas ocupações. O lema dos prudentes é: “Ocupação sim, preocupação não.” A prudência coloca sua atenção na preparação dos fatos e eventos e nunca na precipitação nem no amadorismo ou improvisação. Ciência sem prudência é um perigo⁶⁰.

1806. A *prudência* é a virtude que dispõe a razão prática para discernir, em qualquer circunstância, o nosso verdadeiro bem e para escolher os justos meios de o atingir. «O homem prudente vigia os seus passos» (Pr 14, 15). «Sede ponderados e comedidos, para poderdes orar» (1 Pe 4, 7). A prudência é a «recta norma da acção», escreve São Tomás⁶¹ seguindo Aristóteles. Não se confunde, nem com a timidez ou o medo, nem com a duplicidade ou dissimulação. É chamada «auriga virtutum – condutor das virtudes», porque guia as outras virtudes, indicando-lhes a regra e a medida. É a prudência que guia imediatamente o juízo da consciência. O homem prudente decide e ordena a sua conduta segundo este juízo. Graças a esta virtude, aplicamos sem erro os princípios morais aos casos particulares e ultrapassamos as dúvidas sobre o bem a fazer e o mal a evitar.

⁶⁰ http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=572:as-virtudes-cardeais&catid=196&Itemid=179

⁶¹ São Tomás de Aquino, Summa theologiae, 2-2, q. 47. a. 2. sed contra: Ed. Leon. 8, 349.

A Temperança: Refere-se ao auto-controle, auto-domínio e moderação. A temperança administra as forças fundamentais da auto-preservação (não necessariamente no sentido da repressão) ordena afetos, domestica os instintos, sublima as paixões, organiza a sexualidade, modera os impulsos e apetites. Abre o caminho para a continência, a castidade, a sobriedade, o desapego. É próprio da temperança o cuidado conosco mesmo, com os outros e com a natureza. A temperança não permite que sejamos escravos, mas livres e libertadores e nos encaminha para o cumprimento dos deveres e para a maturidade humana. Sem renúncia não há maturidade. Grande fruto da renúncia é a alegria e a paz.

1809. *A temperança é a virtude moral que modera a atracção dos prazeres e proporciona o equilíbrio no uso dos bens criados. Assegura o domínio da vontade sobre os instintos e mantém os desejos nos limites da honestidade. A pessoa temperante orienta para o bem os apetites sensíveis, guarda uma sã discricção e não se deixa arrastar pelas paixões do coração*⁶². A temperança é muitas vezes louvada no Antigo Testamento: «Não te deixes levar pelas tuas más inclinações e refreia os teus apetites» (Sir 18, 30). No Novo Testamento, é chamada «moderação», ou «sobriedade». Devemos «viver com moderação, justiça e piedade no mundo presente» (Tt 2, 12).

«Viver bem é amar a Deus de todo o coração, com toda a alma e com todo o proceder [...], de tal modo que se lhe dedica um amor incorrupto e íntegro (pela temperança), que mal algum poderá abalar (fortaleza), que a ninguém mais serve (justiça), que cuida de discernir todas as coisas para não se deixar surpreender pela astúcia e pela mentira (prudência)»⁶³.

A Fortaleza: Impede que os temores nos paralisem. Faz-nos fortes no bem, na fé, no amor. Leva-nos a perseverar nas coisas difíceis e árduas, a resistir à mediocridade, a evitar rotina e omissões. Pela fortaleza vencemos a apatia, a acomodação e abraçamos os desafios e a profecia. É virtude dos profetas, dos heróis, dos mártires e dos pobres. A fortaleza dos mártires e a ousadia dos apóstolos, como também a força dos pequenos e dos fracos é um sinal do dom da fortaleza na vida humana e na história da Igreja. Hoje a fortaleza nos leva a enfrentar

⁶² Cf. Sir 5, 2; 37, 27-31.

⁶³ Santo Agostinho, De moribus Ecclesiae catholicae, 1, 25, 46: CSEL 90, 51 (PL 32, 1330-1331).

toda sorte de doenças e males do corpo e da alma, os golpes da vida. Grandes são os conflitos humanos, porém maior é a força para superá-los. A vida é luta renhida⁶⁴, dizia nosso poeta e a fé é um combate espiritual. “Coragem, Eu venci o mundo!” (Jo 16,33).

1808. A fortaleza é a virtude moral que, no meio das dificuldades, assegura a firmeza e a constância na prossecução do bem. Torna firme a decisão de resistir às tentações e de superar os obstáculos na vida moral. A virtude da fortaleza dá capacidade para vencer o medo, mesmo da morte, e enfrentar a provação e as perseguições. Dispõe a ir até à renúncia e ao sacrifício da própria vida, na defesa duma causa justa. «O Senhor é a minha fortaleza e a minha glória» (Sl 118, 14). «No mundo haveis de sofrer tribulações: mas tende coragem! Eu venci o mundo!» (Jo 16, 33).

A Justiça: Regula nossa convivência, possibilita o bem comum, defende a dignidade humana, respeita os direitos humanos. É da justiça que brota a paz. Sem a justiça nem o amor é possível. É a virtude da vida comunitária e social que se rege pelo respeito à igualdade da dignidade das pessoas. Da justiça vem a gratidão, a religião, a veracidade. Não se pode construir o castelo da caridade sobre as ruínas da justiça. Pelo contrário, o primeiro passo do amor é a justiça, porque amar é querer o bem do outro. A justiça é imortal (Sab 1,15). Esta virtude trata de nossos direitos e nossos deveres e diz respeito ao outro, à comunidade e à sociedade.

1807. A justiça é a virtude moral que consiste na constante e firme vontade de dar a Deus e ao próximo o que lhes é devido. A justiça para com Deus chama-se «virtude da religião». Para com os homens, a justiça leva a respeitar os direitos de cada qual e a estabelecer, nas relações humanas, a harmonia que promove a equidade em relação às pessoas e ao bem comum. O homem justo, tantas vezes evocado nos livros santos, distingue-se pela rectidão habitual dos seus pensamentos e da sua conduta para com o próximo. «Não cometerás injustiças nos julgamentos. Não favorecerás o pobre, nem serás complacente para com os poderosos. Julgarás o teu próximo com imparcialidade» (Lv 19, 15). «Senhores, dai aos vossos escravos o que é justo e equitativo, considerando que também vós tendes um Senhor no céu» (Cl 4, 1).

⁶⁴ Dias, Antonio Gonçalves, Canção do Tamoio.

4.6 A busca da *Areté*

Falamos acima das sete virtudes, das quais quatro - as morais – dependem da ação humana para seu desenvolvimento. São virtudes que requerem o exercício, a repetição para se desenvolverem, para melhorarem qualitativamente.

Ora, todo desenvolvimento pressupõe etapas – umas menos outras mais -, de modo que, da mesma forma que buscamos nos filósofos clássicos a abordagem inicial do conceito de participação, é também nesses clássicos da cultura grega que vamos buscar um conceito fundamental que diz respeito ao exercício das potencialidades máximas de um ser, a *areté*⁶⁵:

Se quisermos conhecer o tipo humano que aparece como ideal dessa cultura, tão presente na tradição literária, temos que considerar a importância que os gregos davam à aparência e ao caráter. O homem em sua plenitude (*areté*) deve ser belo (*kalós*) e de valor (*agathós*).

...

A *areté* pode ser cognoscível e, por isso, pode ser ensinada (*didaktón*). Mas é porque sua natureza participa da ciência que isto é compreensível. Enquanto ciência, deve, contudo, iluminar a vida. A coerência entre saber e agir se impõe, porque, se for diferente, haverá uma ruptura dentro do homem e seus passos serão desconstruídos, como os de um cego sem amparo. A razão é o fator crítico que possibilita o discernimento e favorece a escolha da tábua de bens hábeis em levar-nos ao encontro da felicidade.

Não que a *areté* se aplique apenas a pessoas, como nos mostra Lauand⁶⁶:

A *areté*, para os gregos, é uma qualidade específica de algo, em grau máximo, superlativo: a *areté* da semente é germinar e dar frutos, a *areté* do sal é dar sabor, a *areté* do goleiro é o reflexo certo; um

⁶⁵ Maciel de Barro, Gilda Naécia

<http://www.hottopos.com.br/rih3/gildsocr.htm> Sócrates - Raízes Gnosiológicas do Problema do Ensino, texto da conferência - março 2000 - na Fac. de Educação da USP para o curso de doutorado: "A Educação para as virtudes na Tradição Ocidental"

⁶⁶ Lauand, Jean

<http://hottopos.com/seminario/sem2/jean.htm> A Unidade da Ideia de Homem em Diferentes Culturas, Videtur-Letras 5, ISSN 1516-5450.

sal inosso não é sal; semente que não germina ou dá mirrado fruto não é semente de verdade; goleiro sem reflexo não é goleiro.

...

O grande poeta grego Píndaro - 500 anos antes de Cristo - expressou da forma mais sintética possível esse ideal pedagógico numa memorável sentença: Genói hoios essi mathon "Torna-te o que és!" (uma sentença que, à primeira vista, surpreende: como tornar-me o que sou!?? - Torna-te o que estás chamado a ser!).

Desde então, a filosofia - Platão, Aristóteles, Tomás... - tem se voltado constantemente para essa problemática.

Ora, vivendo o Cristo (a própria divindade) no cristão, este está apto a exercer de forma plena sua vocação – a tornar-se aquilo a que está chamado a ser -, atingindo o máximo de suas potencialidades, impulsionado pela relação de união mística com Deus proporcionada pela graça através dos sacramentos, pois, se a *areté* pode ser cognoscível – portanto falamos do bem criado - por participar sua natureza da ciência e, enquanto ciência, iluminar a vida em busca da felicidade, tanto mais aquele que tem o privilégio de participar da união mística da Vida Divina está apto a buscar a felicidade, também no mundo, conforme Jo 10,10:

... eu vim para que tenham vida, e a tenham plenamente.

Não que, por ser mística não possa ser cognoscível em algum momento, mas, para já, é prudente compreendermos o que nos quer dizer São Paulo em 1Cor 13,12:

Agora, pois, vemos apenas um reflexo obscuro, como em espelho; mas, então, veremos face a face. Agora conheço em parte; então, conhecerei plenamente, da mesma forma como sou plenamente conhecido.

E o próprio Cristo nos alerta em Jo 3,12:

Eu lhes falei de coisas terrenas e vocês não creram; como crerão se lhes falar de coisas celestiais?

Nesta busca da realização de suas máximas potencialidades, o cristão conta com importantes elementos de apoio para seu direcionamento e posicionamento no cotidiano; falamos das virtudes. Como ainda nos ensina Lauand⁶⁷:

Para além do fazer ou do não fazer (do pode/não pode), o essencial é o ser, a realização: a moral é, para os antigos, como numa palavra resumiu o grande pensador alemão Josef Pieper:

selbstverwirklichungsvorgang... um processo de auto-realização, que aponta para o máximo do que se pode ser enquanto homem.

O máximo. Assim, o último grande mestre da tradição ocidental, Tomás de Aquino, no séc XIII, afirma que a verdadeira moral aponta para o *ultimum potentiae*, o máximo do que se pode ser.

Ultimum potentiae, ser e máximo, ser e excelência: uma constante na grande tradição sapiencial do Ocidente e nas dos Orientes. Ou para traduzir numa única palavra, tristemente esquecida: virtude! Virtude, em latim *virtus*, em grego *areté*...

Não é por acaso que os tradutores modernos hesitam ao verter para nossas línguas o clássico conceito de *areté*, pois ele acumula semanticamente os significados de “virtude” e de “excelência”.

E é que o grande fim da educação é ser homem plenamente, de verdade: ser e excelência!

⁶⁷ Idem.

5 A MÍSTICA DA VIDA COTIDIANA

5.1 A *Participatio* no CIC

Como já vimos o novo Catecismo da Igreja Católica – CIC – está dividido em quatro grandes partes mais um prólogo.

Ao longo de todo o CIC, desde o prólogo até a conclusão da Parte IV, cada parágrafo está numerado sequencialmente e usualmente refere-se a estes parágrafos por “pontos”. Assim, é comum referir-se ao ponto x, y ou z do CIC para citar um ou outro aspecto nele contido.

Identificamos que no CIC a palavra “participação” e suas derivações “participar”, “participante”, “participa” etc. ocorrem 234 vezes, distribuídas ao longo de suas quatro grandes partes “Fé”, “Sacramentos”, “Vida” e “Oração”.

Há diversos sentidos na aplicação de “participação”. As mais comuns, de uso cotidiano, remetem a fazer conhecer ou tomar parte em algo. Por exemplo, participamos a convidados a ocorrência de um casamento, ou, participamos de um grupo social, ou ainda, tomamos parte na partilha de um bem.

Entretanto, um sentido não tão usual é sua aplicação no sentido mais profundo estabelecido por Tomás: ter por conexão com ser, sendo esta conexão no sentido de “aproximação”; quanto mais nos aproximamos da fonte de calor – fogo – mais sentimos seu calor e nos aquecemos ou queimamos. Quanto mais nos aproximamos da fonte de frio – gelo – mais sentimos seu frio e nos refrescamos ou resfriamos.

É justamente neste último sentido que, como dizíamos, Tomás de Aquino desenvolveu seu conceito de participação em sentido próprio e profundo – *participatio* – no Ser divino. Deus, o Bem absoluto incriado, provê esse Bem ao ser criado por aproximação.

Por exemplo, na Igreja Católica, os sacramentos – Parte II do CIC - são sinais da presença de Deus e, através deles, se dá a aproximação acima citada.

Dos diversos sentidos com que o termo “participação” pode ser aplicado, chama a atenção que no CIC, 73% são no sentido da *participatio* desenvolvida por Tomás de Aquino.

Então, a título de ilustração, seguem alguns pontos do CIC onde classificamos as ocorrências de “participação” – e suas correlatas “participar”, “participam” etc. - no sentido profundo – de Tomás – e outros onde a ocorrência é no sentido comum⁶⁸:

⁶⁸ Destacamos em **negrito** as ocorrências em sentido comum e em **negrito grifado** as em sentido profundo.

5.2 No sentido comum

No ponto abaixo a “participação” se dá no modo de se tornar parte de um grupo que, desfeito, desfaz-se também a participação, ou seja, desfeito o tribunal eclesiástico, os que dele fizeram parte (o compuseram) já não podem mais dele participar já que seu objeto já não existe mais.

911. Na Igreja, «os fiéis leigos podem cooperar no exercício do poder de governo, segundo as normas do direito»⁶⁹. É o caso da sua presença nos concílios particulares⁷⁰ nos sínodos diocesanos⁷¹ e nos conselhos pastorais⁷² do exercício da função pastoral duma paróquia⁷³ da colaboração nos conselhos para os assuntos económicos⁷⁴; da **participação** nos tribunais eclesiásticos⁷⁵; etc.

Se modo semelhante, no ponto a seguir, participar refere-se a tomar parte de grupos – ou individualmente – em atividades práticas relacionadas ao apostolado e missão na população onde se estiver inserido; removido a objetivo, ou, na inexistência do meio onde se dará a ação, cessa a participação.

1270. Os batizados, «regenerados [pelo Baptismo] para serem filhos de Deus, devem confessar diante dos homens a fé que de Deus receberam por meio da Igreja» e **participar** na actividade apostólica e missionária do povo de Deus⁷⁶.

⁶⁹ Cf. CIC cân 129 § 2.

⁷⁰ Cf. CIC cân 443 § 4.

⁷¹ Cf. CIC cân. 463 § 1-2.

⁷² Cf. CIC cân 511-512.536.

⁷³ Cf. CIC cân 517 § 2.

⁷⁴ Cf. CIC cân 492 § 1. 537.

⁷⁵ Cf. CIC cân 1421 § 2.

⁷⁶ Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 17: AAS 57 (1965) 21; Id., Decr. Ad gentes. 7: AAS 58 (1966) 956; Ibid., 23: AAS 58 (1966) 974-975.

O ponto a seguir pode suscitar alguma dúvida, entretanto, note-se que a participação se refere ao ritual litúrgico, o que é bem diferente da participação Eucarística. Assim, encerrada a cerimônia da Missa, encerra-se também a participação nela.

1388. É conforme ao próprio sentido da Eucaristia que os fiéis, se tiverem as disposições requeridas⁷⁷, recebam a Comunhão quando **participam** na missa⁷⁸: «Recomenda-se vivamente aquela mais perfeita **participação** na missa em que os fiéis, depois da comunhão do sacerdote, recebem, do mesmo sacrifício, o corpo do Senhor»⁷⁹.

Aqui, também, as ocorrências de “tomar parte”, “participação” e “participa” são todas no sentido comum, ou seja, referem-se a atividades na vida pública social, removidas uma das partes, desfaz-se a participação.

1915. Os cidadãos devem, tanto quanto possível, **tomar parte** activa na vida pública. As modalidades desta **participação** podem variar de país para país ou de uma cultura para outra. «É de louvar o modo de agir das nações em que, em autêntica liberdade, o maior número possível de cidadãos **participa** nos assuntos públicos»⁸⁰.

Novamente, temos participação no sentido comum, onde o termo refere-se a atividades socioculturais e, desfeitas as atividades, desfaz-se a participação.

1917. Incumbe àqueles que exercem cargos de autoridade garantir os valores que atraem a confiança dos membros do grupo e os incitam a colocar-se ao serviço dos seus semelhantes. A **participação** começa pela educação e pela cultura. «Pode-se legitimamente pensar que o futuro da humanidade está nas mãos daqueles que souberem dar às gerações de amanhã razões de viver e de esperar»⁸¹.

⁷⁷ Cf. CIC can. 916-917: AAS 75 (1983 II), pp. 165-166.

⁷⁸ Os fiéis, no mesmo dia, só podem receber a ss. Eucaristia uma segunda vez. Comissão Pontifícia para a Interpretação Autêntica do Código de Direito Canónico, Responso ad proposita dubia, 1: AAS 76 (1984) 746.

⁷⁹ II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 55: AAS 56 (1964) 115.

⁸⁰ II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 3162: AAS 58 (1966) 1050.

⁸¹ II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 31: AAS 58 (1966) 1050.

Também no ponto que segue temos **participam** como elemento que participa enquanto contribuição para algo, ainda que imaterial, pois, agregam a um propósito – a tradição viva da oração – e dela não participam por **ter** em contraponto ao **ser**.

2683. As testemunhas que nos precederam no Reino⁸², especialmente aquelas que a Igreja reconhece como «santos», **participam** na tradição viva da oração pelo exemplo da sua vida, pela transmissão dos seus escritos e pela sua oração actual. Elas contemplam a Deus, louvam-n'O e não cessam de tomar a seu cuidado os que deixaram na terra. Tendo entrado «na alegria» do seu Senhor, foram «estabelecidas à frente de muita coisa»⁸³. A sua intercessão é o mais alto serviço que prestam ao desígnio de Deus. Podemos e devemos pedir-lhes que intercedam por nós e por todo o mundo.

⁸² Evágrio do Ponto, *Capita practica ad Anatolium*, 49: SC 171, 610 (PG 40, 1245).

⁸³ Cf. Lc 8, 24.

5.3 No sentido profundo:

No ponto a seguir participar remete à *participatio*, uma vez que, é por intermédio do Filho Redentor que nos aproximamos da Providência Divina, fazendo uso dos instrumentos sacramentais já apresentados.

Se, por um lado:

(...) A narração do pecado das origens (cf. Gn 3, 1-24), com efeito, descreve a tentação permanente e ao mesmo tempo a situação de desordem em que a humanidade veio a encontrar-se com a queda dos primeiros pais.⁸⁴

Por outro:

A benevolência e a misericórdia, que inspiram o agir de Deus e oferecem a sua chave de interpretação, tornam-se tão próximas do homem a ponto de assumir os traços do homem Jesus, o Verbo feito carne.(...)⁸⁵

373. Segundo o desígnio de Deus, o homem e a mulher são vocacionados para «dominarem a terra»⁸⁶ como «administradores» de Deus. Esta soberania não deve ser uma dominação arbitrária e destruidora. A imagem do Criador, «que ama tudo o que existe» (Sb 11, 24), o homem e a mulher são chamados a **participar** na Providência divina em relação às outras criaturas. Daí a sua responsabilidade para com o mundo que Deus lhes confiou.

O ponto que segue, nos mostra uma aplicação da *participatio* num grau de quase excelência, pois, a participação na Vida Divina ainda não tinha sofrido a interferência causada pela queda de nossos primeiros pais.

⁸⁴ Compêndio da Doutrina Social da Igreja, 27.

⁸⁵ Idem, 28.

⁸⁶ Cf. Gn 1, 28.

Era de se esperar que, com esta participação tão direta, os designios de crescimento, povoação e domínio do universo criado, se dessem de maneira harmoniosa com o restante da criação.

Entretanto, como diz o apóstolo:

“...mas onde abundou o pecado, superabundou a graça...”⁸⁷

375. A Igreja, interpretando de modo autêntico o simbolismo da linguagem bíblica à luz do Novo Testamento e da Tradição, ensina que os nossos primeiros pais, Adão e Eva, foram constituídos num estado de santidade e de justiça originais⁸⁸. Esta graça da santidade original era uma **participação** na vida divina⁸⁹.

Aqui, no ponto que segue, talvez possamos dizer que a *participatio* está em seu grau máximo, pois, participantes em Cristo de Sua morte, também, participantes de Sua ressurreição e ressurreição em contemplação face a face da Bem-Aventura.

E o que é participar de Sua morte? São Paulo apóstolo nos diz:

“Agora eu me sinto feliz pelo que tenho sofrido por vocês. Pois o que eu sofro no meu corpo pela Igreja, que é o corpo de Cristo, está ajudando a completar os sofrimentos de Cristo em favor dela”.⁹⁰

Melhor explanado nas palavras de Lauand⁹¹:

"Respice, quaesumus, in oblationem, Ecclesiae tuae et, agnoscens Hostiam cuius voluisti immolatione placari... - Olhai, ó Pai, nós vo-lo pedimos, para a oferenda de Vossa Igreja e reconhecendo a Vítima por cuja imolação quisestes devolver-nos Vossa amizade...".

Isto é, Deus Pai - que não teria por que se interessar pelas nossas oferendas - olha para elas, porque vendo-nos a nós, não nos vê a nós mas a Seu Filho Jesus, e nos acolhe, por assim dizer, no arrasto da Cruz de Cristo na S. Missa... Cristo, que me amou e se entregou a Si mesmo por mim (Gal 2,20), associa-me a Seu sacrifício. São Paulo que afirma que o sacrifício de Cristo foi superabundante ("onde avultou

⁸⁷ Cf. Rm 5, 20.

⁸⁸ Cf. Concílio de Trento, Sess. 5.º. Decretum de peccato originali, canon 1: DS1511.

⁸⁹ Cf. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 2: AAS 57 (1965) 5-6.

⁹⁰ Cf. Cl 1, 24.

⁹¹ <http://www.hottopos.com.br/videtur12/jeanpch.htm> Lauand, Luiz Jean.

o pecado, superabundou a graça" Rom 5, 18-20) é o mesmo que diz - de modo aparentemente contraditório: "Eu completo (?) em minha carne o que falta (?) aos sofrimentos de Cristo" (Col 1, 24). E é que Cristo vive nos cristãos: pelo Batismo, participamos de Sua vida e de sua Cruz redentora... Cristo recebia, do alto da Cruz, não só as ofensas / consolos dos que ali estavam presentes, mas também, sendo Deus, via exatamente a atitude de cada um de nós, hoje, 13 de dezembro de 1999, ante sua Cruz: podemos "completar em nossa carne o que falta à Cruz de Cristo". Pois, Cristo sofreu in genere todas as dores, mas não viveu concretamente, digamos, a fila do Banespa ou o trânsito engarrafado (vive essas dores em mim, se eu as uno à Missa).

A consciência dessa participação na filiação divina, que alcança as realidades mais prosaicas do nosso cotidiano, é, parece-me, a essência da educação cristã para o nosso tempo.

1006. «É em face da morte que o enigma da condição humana mais se adensa»⁹². Num certo sentido, a morte do corpo é natural: mas sabemos pela fé que a morte é, de facto, «salário do pecado» (Rm 6, 23)⁹³. E para aqueles que morrem na graça de Cristo, é uma **participação** na morte do Senhor, a fim de poder **participar** na sua ressurreição⁹⁴.

O ponto seguinte fala da *participatio* provida pelo Batismo. Como já tivemos oportunidade de abordar quando falamos dos sacramentos, é o instrumento introdutório à vida na graça Divina.

Relembrando Lauand⁹⁵:

“(...) pelo Batismo somos como que enxertados em Cristo (Rom 6,4 e II, 23) e principia em nós a *in-habitação da Trindade*, que se chama vida sobrenatural.

Essa nova vida não é que elimina a vida natural, nem a ela está justaposta; pelo contrário, empapa-a, informa-a, estrutura-a por dentro.(...)”

⁹² II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 18: AAS 58 (1966) 1038.

⁹³ Cf. Gn 2, 17.

⁹⁴ Cf. Rm 6, 3-9: Fl 3, 10-11.

⁹⁵ LAUAND, Jean. A Filosofia da Educação no novo Catecismo Católico. Conventit Internacional (USP), Porto, v. 3, p. 71-82, 2000.

1265. O Baptismo não somente purifica de todos os pecados, como faz também do neófito «uma nova criatura»⁹⁶, um filho adotivo de Deus⁹⁷, tornado «**participante** da natureza divina»⁹⁸, membro de Cristo⁹⁹ e co-herdeiro com Ele¹⁰⁰, templo do Espírito Santo¹⁰¹.

No ponto seguinte temos a participação provida pela Eucaristia. Assinalada como Santíssimo Sacramento, dos sete, o mais perfeito é a Eucaristia:

(...) "porque contém realmente o Cristo em pessoa, enquanto os outros contêm uma virtude instrumental participada de Cristo" (...) ¹⁰².

É comum as pessoas ficarem perplexas quando se fala deste sacramento, intrigadas em como os católicos podem acreditar que num pedaço de pão e no vinho esteja presente a própria Divindade. Porém, apesar de possíveis escândalos desta doutrina, não há como interpretar de outra maneira as palavras de Jesus:

"Todo aquele que come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna, e eu o ressuscitarei no último dia. A minha carne é verdadeiramente comida e o meu sangue, verdadeiramente uma bebida" (Jo 6, 54-55).

Ora, o sacramento sequer tinha sido instituído e já foi pedra de tropeço para Seus primeiros seguidores:

"Daquela hora em diante, muitos dos seus discípulos voltaram atrás e deixaram de segui-lo." (Jo 6, 66).

Parece-nos que, se não fosse isso o que de fato Cristo queria dizer, se estivesse falando na forma de parábolas, diante da debanda, teria tomando seus discípulos à parte e explicado o significado, como vemos outras passagens.

⁹⁶ Cf. 2 Cor 5, 17.

⁹⁷ Cf. Gl 4, 5-7.

⁹⁸ Cf. 2 Pe 1, 4.

⁹⁹ Cf. 1 Cor 6, 15; 12, 27.

¹⁰⁰ Cf. Rm 8, 17.

¹⁰¹ Cf. 1 Cor 6, 19.

¹⁰² Suma Teológica, IIIa, q.65, a.3.

Entretanto, sua reação é firme em manter o foi dito, como fica evidente ao interpelar os demais:

“Jesus perguntou aos Doze: “Vocês também não querem ir?” (Jo 6, 67).

Ao que recebe a profissão de fé de Simão Pedro:

“Simão Pedro lhe respondeu: Senhor, para quem iremos? Tu tens as palavras de vida eterna.” (Jo 6, 68).

1395. Pela mesma caridade que acende em nós, a Eucaristia preserva-nos dos pecados mortais futuros. Quanto mais **participarmos** na vida de Cristo e progredirmos na sua amizade, mais difícil nos será romper com Ele pelo pecado mortal. A Eucaristia não está ordenada ao perdão dos pecados mortais. Isso é próprio do sacramento da Reconciliação. O que é próprio da Eucaristia é ser o sacramento daqueles que estão na plena comunhão da Igreja.

A título de exemplo, seguem mais alguns pontos onde se faz presente a *participatio* de Tomás:

1704. A pessoa humana participa da luz e da força do Espírito divino. Pela razão, é capaz de compreender a ordem das coisas estabelecida pelo Criador. Pela vontade, é capaz de se orientar a si própria para o bem verdadeiro. E encontra a perfeição na «busca e no amor da verdade e do bem»¹⁰³.

1721. De facto, Deus colocou-nos no mundo para O conhecermos, servirmos e amarmos, e assim chegarmos ao paraíso. A bem-aventurança faz-nos participantes da natureza divina (1 Pe 1, 4) e da vida eterna¹⁰⁴. Com ela, o homem entra na glória de Cristo¹⁰⁵ e no gozo da vida trinitária.

1997. A graça é uma participação na vida de Deus, introduz-nos na intimidade da vida trinitária: pelo Baptismo, o cristão participa na graça

¹⁰³ Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 15: AAS 58 (1966) 1036.

¹⁰⁴ Cf. Jo 17, 3.

¹⁰⁵ Cf. Rm 8, 18.

de Cristo, cabeça do seu corpo; como «filho adoptivo», pode doravante chamar «Pai» a Deus, em união como seu Filho Unigénito; e recebe a vida do Espírito, que lhe infunde a caridade e forma a Igreja.

2635. Interceder, pedir a favor de outrem, é próprio, desde Abraão, dum coração conforme com a misericórdia de Deus. No tempo da Igreja, a intercessão cristã participa na de Cristo: é a expressão da comunhão dos santos. Na intercessão, aquele que ora não «olha aos seus próprios interesses, mas aos interesses dos outros» (Fl 2, 4), e chega até a rezar pelos que lhe fazem mal¹⁰⁶.

2718. A contemplação é união à oração de Cristo na medida em que nos faz participar no seu mistério. O mistério de Cristo é celebrado pela Igreja na Eucaristia e o Espírito Santo faz-nos viver dele na contemplação, para que seja manifestado pela caridade em acto.

2648. Toda a alegria e todo o sofrimento, todo o acontecimento e toda a necessidade podem ser matéria da acção de graças, a qual, participando na de Cristo, deve encher a vida toda: «Dai graças em todas as circunstâncias» (1 Ts 5, 18).

¹⁰⁶ Cf. Santo Estêvão rezando pelos que o supliciavam, como Jesus: cf. Act 7, 60; Lc 23, 28.34.

5.4 A Lei Moral do CIC

Se a proposta do CIC para a moral, como vimos, é "Viver em Cristo" (título da parte moral do CIC) e reconhecer e cultivar a dignidade do Cristo que habita no cristão: Agnosce, christiane, dignitatem tuam!, O CIC também reconhece – e é mais uma dimensão tomasiana do Catecismo – a base natural da edificação Moral.

#354. Respeitar as leis inscritas na criação e as relações que derivam da natureza das coisas é princípio de sabedoria e fundamento da moral.

Em coerência com a *Weltanschauung* católica (recorde-se a valorização do quotidiano que já discutimos) para a Igreja, a realidade sobrenatural da graça pressupõe a realidade natural da criação; a radical afirmação da bondade do mundo: qualquer erro em relação à criação é também um erro para a compreensão da mensagem cristã.

E o CIC chega mesmo a assumir o conceito aristotélico de “forma”

365. A unidade da alma e do corpo é tão profunda que se deve considerar a alma como a “forma” do corpo; ou seja; é graças à alma espiritual que o corpo constituído de matéria é um corpo humano e vivo; o espírito e a matéria no homem não são duas natureza unidas, mas a união deles forma uma única natureza.

Ao discutir as bases naturais da proposta moral do CIC, Lauand¹⁰⁷ afirma:

Sem excluir contribuições de outras linhas de pensamento, a "base filosófica" do CC é tomada - em grande medida - do pensamento de Tomás de Aquino, como indicaremos a propósito dos fundamentos da moral e do conceito de participação (essencial para a compreensão da graça)¹⁰⁸.

¹⁰⁷ <http://hottopos.com/convenit3/jeanlaua.htm>

¹⁰⁸ Tomás foi chamado por João Paulo II de "Doctor Humanitatis", precisamente pela perene atualidade de seu pensamento em relação a esses temas: "En realidad, santo Tomás merece este título por muchas razones (...): éstas son, de modo especial, la afirmación de la dignidad de la naturaleza humana, tan clara en el Doctor Angélico; su concepción de la curación y elevación del

Essa pressuposição da realidade natural é o clássico princípio de Tomás de Aquino: Cum enim ...gratia non tollat naturam, sed perficiat (a graça não suprime a natureza, aperfeiçoa-a - I,8,1 ad 2). Se nos voltarmos para a concepção de moral e para a filosofia da educação moral do CC, encontraremos que a Igreja não possui propriamente um conteúdo moral específico; ao afirmar a moral, afirma-a como realidade humana, proposta para todos os homens (e não somente para os católicos).

É, assim, natural que encontremos no CIC pontos que reafirmem essa base natural.

1954. (...) A lei natural exprime o sentido moral original, que permite ao homem discernir, pela razão, o que é o bem e o mal, a verdade e a mentira: "A lei natural se acha escrita e gravada na alma de todos e da um dos homens porque ela é a razão humana ordenando fazer o bem e proibindo pecar (...)

1955. (...) A lei natural enuncia os preceitos primeiros e essenciais que regem a vida moral (...). Está exposta, em seus principais preceitos, no Decálogo. Essa lei é denominada natural, não em referência à natureza dos seres irracionais, mas porque a razão que a promulga pertence como algo próprio à natureza humana(...).

1956. Presente no coração de cada homem e estabelecida pela razão, a lei natural é universal em seus preceitos, e sua autoridade se estende a todos os homens. Ela exprime a dignidade da pessoa e determina a base de seus direitos e de seus deveres fundamentais.

1872. O pecado é um ato contrário à razão. Fere a natureza do homem e ofende a solidariedade humana.

Lauand¹⁰⁹ esclarece o sentido desses termos no CIC:

hambre a un nivel superior de grandeza, que tuvo lugar en virtud de la Encarnación del Verbo; la formulación exacta del carácter perfectivo de la gracia, como principio-clave de la visión del mundo y de la ética de los valores humanos, tan desarrollada en la Summa, la importancia que atribuye el Angélico a la razón humana para el conocimiento de la verdad y el tratamiento de las cuestiones morales y ético-sociales" (João Paulo II "Favorecer el estudio constante y profundo de la doctrina filosófica, teológica, ética y política de santo Tomás de Aquino - Discurso a los participantes en el IX congreso tomista internacional, 29-9 -90" <http://www.multimedios.org/bec/etexts/ixsta.htm>).

¹⁰⁹ <http://hottopos.com/convenit3/jeanlaura.htm>

Ratio, razão, não é no CC (porque não é em Tomás) a razão do "racionalismo", nem sequer somente a faculdade racional humana.

Dentre os múltiplos significados da palavra latina ratio (que acompanha alguns dos diversos sentidos do vocábulo grego logos), interessam-nos principalmente dois: um que aponta para algo intrínseco à realidade das coisas; e, outro, para um peculiar relacionamento da razão humana com a realidade.

Ratio é derivado do verbo reor, contar, calcular. Ratio originalmente é conta; rationem reddere é prestar contas. Mas ratio significa também: razão, faculdade de calcular e de raciocinar; juízo, causa, porquê; título, caráter etc.

Em filosofia, aparece como tradução de logos que, como ensina Pierre Chantraine¹¹⁰, entre muitos outros significados: "acabou por designar a razão imanente", isto é: a estruturação interna de um ente, e este é o primeiro significado que nos interessa neste estudo; o segundo é a capacidade intelectual humana de abrir-se à ratio das coisas e captá-la¹¹¹.

No âmbito da fé, não é por acaso, portanto, que S. João emprega, em seu Evangelho, o vocábulo grego Logos (razão, palavra) para designar a segunda Pessoa da Sma. Trindade que "se fez carne" em Jesus Cristo: o Logos não só é imagem do Pai, mas também princípio da Criação (cfr. Ap 3, 14), o responsável pela articulação intelectual das coisas. Pois a Criação deve ser entendida também como essa "estruturação por dentro": projeto, design das formas da realidade, feito por Deus através do Verbo, Logos.

E em seu Comentário ao Evangelho de João, Tomás chega a discutir a questão da conveniência de traduzir Logos por Ratio em vez de Verbum. Esta última forma parece-lhe melhor, pois se ambas indicam pensamento, Verbum enfatiza a "materialização" do pensamento (em criação/palavra).

Assim, para Tomás, a criação é também "fala" de Deus: as coisas criadas são pensadas e "proferidas" por Deus: daí decorre a possibilidade de conhecimento do ente pela inteligência humana¹¹².

¹¹⁰ Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque, Paris: Klincksieck. Logos significa ainda: palavra, discurso, argumentação, raciocínio, conta, proporção (ana-logos), quociente, o Verbo, segunda Pessoa da Trindade etc. Para a etimologia de ratio ver Érnout & Meillet Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine, Paris, Klincksieck, 1951, 3ème ed.

¹¹¹ É o que Tomás chama também de recta ratio, em oposição a uma perversa ratio que se fecha à ratio das coisas ou as deforma.

¹¹² Não por acaso Tomás considera que "inteligência" tem que ver com intus-legere ("ler dentro"): a ratio do conceito na mente é a ratio "lida" no íntimo da realidade.

É nesse sentido que a Revelação Cristã fala da "Criação pelo Verbo"; e a Teologia - na feliz formulação do teólogo alemão Romano Guardini - afirma o "caráter verbal" (Wortcharakter) de todas as coisas criadas. Ou, em sentença de S. Tomás: "Assim como a palavra audível manifesta a palavra interior¹¹³, assim também a criatura manifesta a concepção divina (...); as criaturas são como palavras que manifestam o Verbo de Deus" (I d. 27, 2.2 ad 3).

Assim se compreendem em seu sentido profundo os pontos do CIC, relacionando o Logos-Verbum (razão) e a Criação:

292. Insinuada no Antigo Testamento, revelada na Nova Aliança, a ação criadora do Filho e do Espírito, inseparavelmente una com o Pai, é claramente afirmada pela regra de fé da Igreja: "Só existe um Deus...: ele é o Pai, é Deus, é o Criador, é o Autor, é o Ordenador. Ele fez todas as coisas por si mesmo, isto é, pelo seu Verbo e Sabedoria", "pelo Filho e pelo Espírito", que são como que "suas mãos". A criação é obra comum da Santíssima Trindade.

320. Deus, que criou o universo, o mantém na existência pelo seu Verbo, "este Filho que sustenta o universo com o poder de sua palavra"(Hb 1,3) e pelo seu Espírito Criador que dá a vida.

299. Já que Deus cria com sabedoria, a criação é ordenada: "Tu dispuseste tudo com medida, número e peso"(Sab 11,20). Feita no e por meio do Verbo eterno, "imagem do Deus invisível"(Cl 1, 15), a criação está destinada, dirigida ao homem, imagem de Deus, chamado a uma relação pessoal com Deus. Nossa inteligência, que participa da luz do Intelecto divino, pode entender o que Deus nos Diz por sua criação, sem dúvida não sem grande esforço e num espírito de humildade e de respeito diante do Criador e da sua obra. Originada da bondade divina, a criação participa desta bondade: "E Deus viu que isto era bom...muito bom"(Gn 1,4.10.12.18.21.31). Pois a criação é querida por Deus como um dom dirigido ao homem, como uma herança que lhe é destinada e confiada. Repetidas vezes a Igreja teve que defender a bondade da criação, inclusive do mundo material.

¹¹³ O conceito, a idéia, a ratio.

E também o sentido da natureza na fundamentação da moral, entendida como caminho para o máximo da auto-realização:

302. A criação tem a sua bondade e a sua perfeição próprias, mas não saiu completamente acabada das mãos do Criador. Ela é criada “em estado de caminhada” (“in statu viae”) para uma perfeição última a ser ainda atingida, para a qual Deus a destinou.

Ou como diz Lauand¹¹⁴, de quem recolhemos algumas sentenças de Tomás por ele selecionadas:

Para estabelecermos uma comparação¹¹⁵, poderíamos dizer que assim como o manual de instruções de um complicado aparelho elétrico não é outra coisa que uma decorrência do design, do processo de criação e de fabricação daquela máquina, assim também a moral deve ser entendida não como um conjunto de imposições arbitrárias ou convencionais, mas pura e simplesmente como o reconhecimento da verdadeira natureza humana, tal como projetada por Deus.

E da mesma forma que não ficamos revoltados contra o fabricante que nos indica: "Não ligarás em 220V", ou "Conservarás em lugar seco", mas lhe agradecemos essas informações, assim também devemos enxergar, digamos, os Dez Mandamentos não como imposições arbitrárias, mas como verdades elementares sobre o ser do homem.

É, pois, ao homem que se dirige a ética de Tomás (e a do CC); ao homem total, espírito em intrínseca união com a matéria; ao homem, ser-em-potência, que ainda não atingiu a estatura a que está chamado e para quem a moral se expressa na sentença -tantas vezes repetida por João Paulo II - do poeta pagão Píndaro: "Torna-te o que és!".

Nesta perspectiva, toda norma moral deve ser entendida como um enunciado a respeito do ser do homem; e toda transgressão moral, o pecado, traz consigo uma agressão ao que o homem é.

Os imperativos dos mandamentos ("Farás x...", "Não farás y...") são, no fundo, enunciados sobre a natureza humana: "O homem é um ser tal que sua felicidade, sua realização, requer x e é incompatível com y".

¹¹⁴ <http://hottopos.com/convenit3/jeanlaua.htm>

¹¹⁵ Comparação necessariamente limitada, na medida em que o ato criador divino transcende infinitamente o âmbito da produção de objetos artificiais.

Algumas sentenças de Tomás, a título de exemplo:

- A razão reproduz a natureza. Ratio imitatur naturam (I,60,5);
- A causa e a raiz do bem humano é a razão. Causa et radix humani boni est ratio (I-II,66,1);
- "Natureza" procede de nascer. Natura a nascendo est dictum et sumptum (III,2,1);
- O moral pressupõe o natural. Naturalia praesupponuntur moralibus (Corr. Frat. I ad 5);
- Daí que... haja criaturas espirituais, que retornam a Deus não só segundo a semelhança de sua natureza, mas também por suas operações. E isto, certamente, só pode se dar pelo ato do intelecto e da vontade, pois nem no próprio Deus há outra operação em relação a Si mesmo. Oportuit... esse aliquas creaturas quae in Deum redirent non solum secundum naturae similitudinem, sed etiam per operationem. Quae quidem non potest esse nisi per actum intellectus et voluntatis: quia nec ipse Deus aliter erga seipsum operationem habet (CG 2,46);
- A lei divina ordena os homens entre si, de tal modo que cada um guarde sua ordem, isto é, que os homens vivam em paz uns com os outros. Pois a paz entre os homens não é senão a concórdia na ordem, como diz Agostinho. Lex... divina sic homines ad invicem ordinat, ut unusquisque suum ordinem teneat, quod est homines pacem habere ad invicem. Pax enim hominum nihil aliud est quam ordinata concordia, ut Augustinus dicit (CG 3,128);
- Os princípios da razão são os mesmos que estruturam a natureza. Principia... rationis sunt ea quae sunt secundum naturam (II-II,154,12);
- O ser do homem propriamente consiste em ser de acordo com a razão. E assim, manter-se alguém em seu ser, é manter-se naquilo que condiz com a razão. Homo proprie est id quod est secundum rationem. Et ideo ex hoc dicitur aliquis in seipso se tenere, quod tenet se in eo, quod convenit rationi (II-II,155, ad 1);

- Aquilo que é segundo a ordem da razão quadra naturalmente ao homem. Hoc... quod est secundum rationem ordinem est naturaliter conveniens homini (II-II,145,3);
- A razão é a natureza do homem. Daí que tudo o que é contra a razão é contra a natureza do homem. Ratio hominis est natura, unde quidquid est contra rationem, est contra hominis naturam (Mal. 14,2 ad 8);
- Tudo que vá contra a razão é pecado. Omne quod est contra rationem... vitiosum est (II-II,168,4).

5.5 É aqui mesmo que estão os deuses

Também neste tópico retomaremos formulações que empregamos no artigo “Catecismo Católico e um conceito central: a *participatio*” (Chadarevian, Lauand 2015)¹¹⁶.

Apresentamos a seguir a sentença mais contundente de Tomás no sentido de afirmação da realidade quotidiana como centro da contemplação. É certo que a felicidade definitiva do homem reside na posse de Deus, da bem-aventurança final, pelo olhar de amor; mas, para o Aquinate, essa felicidade não é algo meramente “transferido” para depois da morte, mas sim, algo que irrompe, que já principia (deve principiar) nesta vida, pela fruição do Bem de Deus nos bens do mundo, até mesmo em um copo de água fresca num dia de calor:

"Assim como o bem criado é uma certa semelhança e participação do Bem Incriado, assim também, a consecução de um bem criado é uma certa semelhança e participação da bem-aventurança final" (*De malo* 5,1, ad 5)¹¹⁷.

Na verdade, esse insight já se encontra, de algum modo, até no pré-socrático Heráclito. Para nos aproximarmos da relação entre Deus e o cotidiano, e mais ainda entre Deus e o trivial, devemos remontar a um emblemático episódio, protagonizado por esse grande pensador nos alvares da filosofia. O episódio é narrado por Aristóteles¹¹⁸:

Diz-se que Heráclito assim teria respondido aos estranhos vindos na intenção de observá-lo. Ao chegarem, viram-no aquecendo-se junto ao forno. Ali permaneceram, de pé (impressionados), sobretudo porque ele os encorajou (eles ainda hesitantes) a entrar, pronunciando as

¹¹⁶ LAUAND, Jean; CHADAREVIAN, E.. O Catecismo católico e um conceito central: a *participatio*. *Convenit Internacional (USP)*, v. 19, p. 5-18, 2015.

¹¹⁷. "Sicut bonum creatum est quaedam similitudo et participatio boni increati, ita adeptio boni creati est quaedam similitudinaria beatitudo".

¹¹⁸ De part. anim., A5 645 a 17 e ss.

seguintes palavras: "Mesmo aqui os deuses também estão presentes"¹¹⁹

Em vez do "sábio" por eles imaginado, imerso nas profundezas do pensamento, investigando os segredos da divindade, esses visitantes decepcionados encontram Heráclito prosaicamente aquecendo-se junto ao fogão. E o filósofo tem que instruir esses curiosos desavisados:

... Mesmo aqui, junto ao forno, mesmo neste lugar cotidiano e comum onde cada coisa e situação, cada ato e pensamento se oferecem de maneira confiante, familiar e ordinária, "mesmo aqui", nesta dimensão do ordinário, os deuses também estão presentes. A essência dos deuses, tal como apareceu para os gregos, é precisamente esse aparecimento, entendido como um olhar a tal ponto compenetrado no ordinário que, atravessando-o e perpassando-o, é o próprio extraordinário o que se expõe na dimensão do ordinário¹²⁰.

Se a religião e a filosofia têm a missão de recordar "essenciais esquecidos", esse episódio, mesmo em sua interpretação superficial, já teria o imenso mérito de lembrar a presença de Deus no cotidiano.

O alcance do posicionamento de Heráclito é, porém, ainda mais profundo e a análise de Heidegger chega a uma conclusão muito forte, e como ele mesmo diz: "curiosa".

É o que, em português, podemos expressar, lendo o "mesmo aqui" de Heráclito, como "aqui mesmo"!

E é que, no fundo, Heráclito não diz "Mesmo aqui estão os deuses", mas sim: "É aqui mesmo que estão os deuses". Aqui mesmo: junto ao forno, no trivial do cotidiano:

¹¹⁹ *apud* Heidegger, M. *Heráclito*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, p. 22.

¹²⁰ Heidegger, M. *Heráclito*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, pp. 23-24.

Quando o pensador diz "Mesmo aqui", junto ao forno, vigora o extraordinário, quer dizer na verdade: **só aqui** há vigência dos deuses. Onde realmente? No inaparente do cotidiano¹²¹.

Lendo essa análise de Heidegger é impossível não recordar a obra de Adélia Prado, na qual precisamente o cotidiano aparece como o habitat da dádiva de Deus. Sua arte faz-nos ver (ou entrever...) e lembrar essa realidade transcendente no inaparente do cotidiano e, sem ela, recaímos na cotidiana desolação, como ela mesma expressou:

De vez em quando Deus me tira a poesia.
Olho pedra, vejo pedra mesmo¹²².

Neste verso genial, encontram-se, de modo maximamente resumido, os elementos essenciais (e sua inter-conexão) de que estamos falando: Deus-cotidiano-arte-mística. É pela mão do artista que, também nós, os não artistas, podemos ver o plus, para além da mera pedra.

É a proposta de espiritualidade da poeta Adélia Prado. Em conferência no programa "Sempre um Papo", TV Câmara, 06-08-08¹²³ Adélia Prado reafirmou a visão de mundo que informa sua poesia: a mística do cotidiano.

E é a força da arte que faz com que abramos nossos olhos para a maravilha da Criação, a maravilha da experiência humana que nos aguarda.

E por causa dessa qualidade eterna, dessa imponderabilidade, eu vejo que, para a humanização, a arte está no mesmo caminho da mística ou da fé religiosa: ambas as experiências são independentes da razão: são experiências; a beleza é uma experiência e não discurso.

¹²¹ Heidegger, M. *Heráclito*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, p. 24. E Heidegger prossegue: "Não é preciso evitar o conhecido e o ordinário e perseguir o extravagante, o excitante e o estimulante na esperança ilusória de, assim, encontrar o extraordinário. Vocês devem simplesmente permanecer em seu cotidiano e ordinário, como eu aqui, que me abrigo e aqueço junto ao forno. Não será isso que faço, e esse lugar em que me aconchego, já suficientemente rico em sinais? O forno presenteia o pão. Como pode o homem viver sem a dádiva do pão? Essa dádiva do forno é o sinal indicador do que são os *theoi*, os deuses. São os *daíontes*, os que se oferecem como extraordinário na intimidade do ordinário." Etc.

¹²² Prado, Adélia *Poesia Reunida*, São Paulo, Siciliano, 1991, p.199

¹²³ <http://www.sempreumpapo.com.br/audiovideo/index.php>

Como quando um dia, num caminho habitual, você se espanta com algo – uma casa, uma obra, uma coisa - que já tinha visto muitas vezes - “Que beleza! Eu nunca tinha enxergado isso desse jeito!” -, aí você pode dar graças: você está tendo uma experiência poética, que é ao mesmo tempo, religiosa: no sentido que liga você a um centro de significação e de sentido.

Minha insistência no cotidiano é porque a gente só tem ele: é muito difícil a pessoa se dar conta de que todos nós só temos o cotidiano, que é absolutamente ordinário (ele não é extra-ordinário) (...)

E eu tenho absoluta convicção de que é atrás, através do cotidiano que se revelam a metafísica e a beleza; já está na Criação, na nossa vida.

O nosso heroico, o nosso heroísmo é deste cotidiano... nossa vida é linda: o cotidiano é o grande tesouro, como diz um filósofo: admirar-se do que é natural é que é o bacana; admirar-se desta água aqui, quem é que se admira da água, a que estamos tão habituados?

Mas a alma criadora sensível, um belo dia se admira desse ser extraordinário; essa água que está tremeluzindo aqui na minha frente e, na verdade, eu não entendo a água, eu não entendo o abacaxi, eu não entendo o feijão. Alguém aqui entende o feijão?

Admirar-se de um bezerro de duas cabeças, qualquer débil mental se admira, mas admirar-se do que é natural, só quem está cheio do Espírito Santo.

Eu quero essa vidinha, essa é que é a boa, com toda a chaturinha dela e suas coisas difíceis...

O cotidiano tem para mim esse aspecto de tesouro: “Há mulheres que dizem: / Meu marido, se quiser pescar, pesque, / mas que limpe os peixes (...)”.

E mais:

Onde é que estão os grandes temas?

Para mim, aí é que está o grande equívoco. O grande tema é o real, o real; o real é o grande tema.

E onde é que nós temos o real? É na cena cotidiana. Todo mundo só tem o cotidiano e não tem outra coisa.

Eu tenho esta vidinha de todo dia com suas necessidades mais primárias e irreprimíveis.

É nisso que a metafísica pisca para mim. E a coisa da transcendência, quer dizer: a transcendência mora, pousa nas coisas... Está pousada ou está encarnada nas coisas¹²⁴.

É o que expressa também um notável depoimento de Tom Jobim, que, a seu modo, explicita a concepção de participação no sentido tomasiano, como já Lauand pôde registrar em um estudo de 1991:

É o depoimento, imensamente profundo, dado por Tom Jobim sobre a criação artística em recente entrevista quando foi contemplado nos EUA com a mais alta distinção com que pode ser premiado um compositor, o *Hall of Fame*:

“Glória? A glória é de Deus e não da pessoa. Você pode até *participar* dela quando faz um samba de manhã”.

E complementa: “Glória são os peixes do mar, é mulher andando na praia, é fazer um samba de manhã”¹²⁵.

A consciência dessa participação na filiação divina, que alcança as realidades mais prosaicas do nosso cotidiano, é, parece-nos, a essência das novidades do CIC para o cristão de nosso tempo.

¹²⁴ Prado, Adélia "Poesia e Filosofia", in Lauand, Jean *Interfaces*, São Paulo, Hottopos, 1997, pp. 23-124.

¹²⁵ "A Filosofia da arte de S. Tomás e Tom Jobim", *Atualidade*, semanário da PUC-PR, N. 246, 28-7 a 3-8-91, p.8.

5.6 É Cristo que vive em mim

O ponto 1212 faz explicitamente a conexão que afirmamos: “Através dos sacramentos da iniciação cristã ... são lançados os *alicerces* de toda a vida cristã. *A participação na natureza divina...*”

A graça, a conferida pelo Batismo, estabelece a diferença fundamental para com outras religiões; mas essa graça desde sempre tem sido afirmada no cristianismo. A diferença é que este CIC dá à graça uma extensão e um alcance inéditos: atinge a totalidade da vida e da vida quotidiana. Buscando a identificação do cristão com a “vida oculta” de Jesus:

533. A vida oculta de Nazaré permite a todo homem estar unido a Jesus nos caminhos mais quotidianos da vida...

Essa imitação da vida oculta de Cristo ocupa todo um capítulo no CIC e nem sequer era mencionada no Catecismo anterior de 1556.

Os fundamentos teológicos dessa afirmação encontram-se no capítulo I de João, que afirma o Logos como princípio da Criação e em diversos textos neotestamentários (como Rom 8 e Col 1) em que, Cristo, protagonizando a Redenção, assume toda a realidade humana e toda a realidade do mundo.

Ainda Lauand (2000):

E assim como misteriosamente no pecado de Adão - Paulo desenvolve isto no Cap. 15 da I Cor - houve para todos um decaimento; em Cristo, novo Adão, há um re-erguimento (Ele, pontífice - construtor de pontes - advogado, primogênito, primícias, "nossa paz" - nosso integrador, etc.).

E - tanto em Adão como em Cristo - é afetada toda a criação: Ele é a cabeça do Corpo que é a Igreja. Ele é o Primogênito, o princípio em

tudo. E por meio dele Deus reconciliou - e está a reconciliar - consigo todas as criaturas.

É o Cristo de Nazaré, em seus 30 anos de vida oculta, anos em que não fez nenhum milagre e viveu uma vida (também ela divina e redentora) com toda a aparência de absolutamente normal: vida de família normal no lar de Nazaré, de trabalho normal na oficina de José, de relacionamento social normal, vida religiosa normal etc.

Cristo vivo nos cristãos, nos batizados. Cristo vivo no seo João da esquina e na D. Maria... Cristo que quer levar sua obra redentora à vida de família, ao mundo do trabalho, às grandes questões sociais etc...

Isto não estava dito pelo Antigo Catecismo Romano (do concílio de Trento). Nele, após afirmar nossa conexão em Cristo pelo Batismo, o que se dizia era que, pelo Batismo, o cristão torna-se apto a todos os ofícios da piedade cristã (e é certo que o Batismo é a porta para a recepção de outros sacramentos etc.), *mas não se falava em identificação com Cristo na vida quotidiana*:

Assim, apresentam-se como uma imensa novidade pontos como:

531 Durante a maior parte de sua vida, Jesus compartilhou a condição da imensa maioria dos homens: uma vida quotidiana sem grandeza aparente, vida de trabalho manual, vida religiosa judaica submetida à Lei de Deus, vida na comunidade...

564 ...Durante longos anos de trabalho em Nazaré, Jesus nos dá o exemplo de santidade na vida quotidiana da família e do trabalho...

Aquela ousada afirmação de Gálatas 2,20: "...é Cristo que vive em mim...", é interpretada pelo CIC como um chamado a cada cristão, ao homem da rua, ao profissional, a ter uma vida cristã plena... em seu dia-a-dia, na vida de trabalho, na vida de família, de relacionamento social etc.

A Criação e a Redenção são projetos que se estendem aos "cristos" que são os cristãos. É, no fundo, o que afirmam os capítulos 8 de Romanos e 1 de Colossenses:

a criação anseia pela manifestação dos filhos de Deus, pois Cristo quer re-formá-la – ou recapitulá-la, como diz o CIC – em Si).

Romanos 8: 19-22

Pois a criação em expectativa anseia pela revelação dos filhos de Deus. De fato, a criação foi submetida à vaidade — não por seu querer, mas por vontade daquele que a submeteu — na esperança de ela também ser libertada da escravidão da corrupção para entrar na liberdade da glória dos filhos de Deus. Pois sabemos que a criação inteira geme e sofre as dores de parto até o presente.
(BJe – Bíblia de Jerusalém¹²⁶)

Colossenses 1: 15-20; 24

Ele é a imagem do Deus invisível, o primogênito sobre toda a criação, pois nele foram criadas todas as coisas nos céus e na terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos ou soberanias, poderes ou autoridades; todas as coisas foram criadas por ele e para ele. Ele é a cabeça do corpo, que é a igreja; é o princípio e o primogênito dentre os mortos, para que em tudo tenha a supremacia. Pois, foi do agrado de Deus que nele habitasse toda a plenitude e por meio dele reconciliasse consigo todas as coisas, tanto as que estão na terra quanto as que estão nos céus, estabelecendo a paz pelo seu sangue derramado na cruz. (...) Agora me alegro em meus sofrimentos por vocês, e completo no meu corpo o que resta das aflições de Cristo, em favor do seu corpo, que é a igreja.
(BJe – Bíblia de Jerusalém¹²⁷)

Cristo vivo nos cristãos, nos batizados. Cristo vivo no “seo” João da esquina e na D^a. Maria... Cristo que quer levar sua obra redentora à vida de família, ao mundo do trabalho, às grandes questões sociais etc... Isto não estava dito pelo Antigo Catecismo Romano (do concílio de Trento). Nele, após afirmar nossa conexão em Cristo pelo Batismo, o que se dizia era que, pelo Batismo, o cristão torna-se apto a todos os ofícios da piedade cristã (e é certo que o Batismo é a porta para a recepção de outros sacramentos etc.), mas não se falava em identificação com Cristo na vida quotidiana):

¹²⁶

<http://www.bibliaonline.net/biblia/?livro=45&versao=59&capitulo=8&leituraBiblica=&tipo=&ultimaLeitura=&lang=pt-BR&cab=>

¹²⁷ <http://www.bibliaonline.net/biblia/?livro=51&versao=17&lang=pt-BR&cab=>

Antigo Cat. Rom II, II, 52 Pelo Batismo também somos como membros incorporados, conectados a Cristo cabeça ... o que nos torna aptos a todos os ofícios da piedade cristã. *Per Baptismum etiam Christo capiti tamquam membra copulamur et connectimur ... quae nos ad omnia christianae pietatis officia habiles reddit.*

A Igreja, hoje, convoca cada cristão, o homem da rua, o profissional, o João da esquina e a D^a. Maria, cada um de nós a ter uma vida espiritual plena, não apesar de, mas precisamente por estar no meio do mundo, no dia de trabalho, na vida de família, de relacionamento social etc.

É pelo Batismo que cada cristão está chamado - é uma vocação - a reproduzir na sua vida a vida de Cristo (Gal. 2, 20)... A Criação e a Redenção são projetos que se estendem aos cristos que são os cristãos.

A partir do momento em que ocorre a Encarnação, o mundo - o mundo do trabalho, a vida quotidiana, a vida de família, a vida política, econômica e social etc. - torna-se algo do maior interesse religioso (cfr. p. ex. os capítulos 8 de Romanos e 1 de Colossenses: a criação anseia pela manifestação dos filhos de Deus, pois Cristo quer re-formá-la em Si). Naturalmente, isto não tem nada que ver com integristas ou clericalismos (cfr. Lauand¹²⁸).

Deus, que tem poder para fazer das pedras filhos de Abraão (Lc 3,8), quer contar com o amor conjugal de João e Maria para criar uma nova vida.

Deus, que poderia fazer as crianças nascerem sabendo inglês e álgebra, quer contar com a tarefa educadora dos professores.

Deus quer contar com cristos-cidadãos que construam um mundo de acordo com Seu projeto. Com cristos-engenheiros que canalizem córregos ("não tem um Cristo

¹²⁸ <http://www.hottopos.com.br/notand5/algeb.htm>

para acabar com as enchentes em São Paulo?"), com cristos-médicos que identifiquem vírus etc.

A redescoberta da Igreja é a da vida quotidiana como chamado a uma plenitude da existência cristã. Cristo, que passou 30 anos trabalhando na vida corrente sem fazer nenhum milagre, é modelo para - "já não sou eu que vivo é Cristo que vive em mim" - o engenheiro, o taxista, o empresário, o torneiro mecânico, a dona de casa, o professor...; para cada cristão que assuma o chamado que recebeu no Batismo.

Toda a proposta da Igreja é reformulada a partir do alcance dessa filiação divina que temos porque nos é dada em participação da Filiação que é em Cristo.

Se pensamos nas quatro grandes partes do CIC: a doutrina da fé está centrada neste fato fundamental; a liturgia e os sacramentos, também; e mesmo a moral e a vida de oração.

E quando pensamos na Moral e na Educação Moral, também é inovadora a proposta:

1692 O Credo professou a grandeza... de Sua criação e da redenção e da obra da santificação. Isto que a fé confessa, os sacramentos comunicam: pelos "sacramentos que os fizeram renascer" os cristãos se tornam "filhos de Deus" (Jo 1,12; 1 Jo 3,1), "participantes da natureza divina" (2 Pe 1,4). E, reconhecendo essa nova dignidade, são chamados a viver desde então "uma vida digna do Evangelho de Cristo" (Fil 1, 27). É pelos sacramentos e pela oração que recebem a graça etc.

Recorrendo novamente a Lauand¹²⁹, onde encontramos:

Assim, a moral, longe de ser um código ou um manual, é um convite ao reconhecimento da dignidade desse "Viver em Cristo" (título da

¹²⁹ LAUAND, Jean. A Filosofia da Educação no novo Catecismo Católico. Convent International (USP), Porto, v. 3, p. 71-82, 2000.

parte moral do CC): *Agnosce, christiane, dignitatem tuam!* (S. Leão Magno, CC # 1691).

Para além de proibições e castigos, a moral é uma questão de retribuição de amor a essa presença de Cristo no cristão.

Que vou fazer do Cristo que habita em mim? A que vou associá-lo? Com o que vou misturá-lo?

"Não sabeis que vossos corpos são membros de Cristo. Ides fazer deles membros de uma prostituta?" (I Cor 6,15) "Não sabeis que sois o templo de Deus e que o Espírito Santo habita em vós?" (I Cor 3,16). É o homem novo de quem tantas vezes fala o Apóstolo, para quem tudo é lícito, mas nem tudo convém (I Cor 6,12).

O CIC é categórico:

1691 "Cristão, reconhece a tua dignidade. Por participares agora da natureza divina, não te degeneres retornando à decadência de tua vida passada. Lembra-te da Cabeça a que pertences..." (S. Leão Magno)

Neste mundo, em que tantos estão desprovidos de qualquer motivação, a educação cristã - que sabe que Cristo vive no cristão e está interessado em transformar toda a criação pela ação dos cristãos - torna-se fascinante. Sua vida fora desta consciência parece-lhe como o verso de Adélia Prado:

"De vez em quando Deus me tira a poesia e eu olho pedra e vejo pedra mesmo".

Quanto à Liturgia, também a Missa, centro essencial de toda a liturgia, é associada à vida quotidiana: é por ela que nosso quotidiano é - por Cristo, com Cristo e em Cristo - *enviado* ao Pai.

1367. O sacrifício de Cristo e o sacrifício da Missa são um único sacrifício: "A mesma e única Vítima, o mesmo e único Sacerdote que, pelo ministério dos padres, se oferece agora como se ofereceu na Cruz. A única diferença é o modo de oferecer: então, de maneira sangrenta; sobre o altar, de maneira incruenta".

1368. A Missa é também o sacrifício da Igreja. A Igreja, que é o Corpo de Cristo, participa da oferenda de sua Cabeça. Com Ele, ela se oferece toda inteira. Ela se une à Sua intercessão junto ao Pai por todos os homens. Na Missa, o sacrifício de Cristo torna-se também o sacrifício dos membros de Seu Corpo. A vida de cada fiel, seu louvor, suas dores, sua oração, seu trabalho é unido aos de Cristo e à Sua oferenda total e adquire assim um valor novo. O sacrifício de Cristo presente sobre o altar dá a todas as gerações de cristãos a possibilidade de se unir a Seu sacrifício.

1332. (chama-se) Santa Missa porque a liturgia na qual se realiza o mistério da salvação se conclui pelo envio dos fiéis (*missio*) a fim de que eles cumpram a vontade de Deus em sua vida quotidiana.

Na Missa, se exerce de modo privilegiado a união com Cristo-Cabeça. E "por Cristo, com Cristo e em Cristo" somos levados ao Pai. Do mesmo modo que o Sol, que é luz, dá a participar luz ao ar e o fogo, que é calor, dá a participar calor a um metal a ele exposto, assim a Filiação do Verbo nos é dada em participação por Cristo. Pelo Batismo somos conectados nEle, e na Missa Cristo nos une a seu Sacrifício ante o Pai.

Cristo, que "me amou e se entregou a Si mesmo por mim" (Gal 2,20), associa-me a Seu sacrifício. São Paulo que afirma que o sacrifício de Cristo foi superabundante ("onde avultou o pecado, superabundou a graça" Rom 5, 18-20) é o mesmo que diz - de modo aparentemente contraditório: "Eu completo (!?) em minha carne o que falta (!?) aos sofrimentos de Cristo" (Col 1, 24). E é que Cristo vive nos cristãos: pelo Batismo, participamos de Sua vida e de sua obra redentora...

6 CONCLUSÃO

Retomando os resultados principais deste trabalho, destacamos que, o conceito profundo de *participatio* de Tomás está presente em todas as Partes do CIC e lhe confere corpo, alicerçando o conceito de Ser divino incriado e da participação Nele do ser criado.

Fica claro, então, que o sentido de *participatio* de Tomás é utilizado diversas vezes no CIC, não só para representar a ideia nele contida, mas, também, como estruturante de todo este documento Católico.

Ao longo de todo o CIC, desde o prólogo até a conclusão da Parte IV, cada parágrafo está numerado sequencialmente e usualmente refere-se a estes parágrafos por “pontos”. Assim, é comum referir-se ao ponto x, y ou z do CIC para citar um ou outro aspecto nele contido.

As partes acima apresentadas contêm os seguintes pontos:

- O prólogo vai do ponto 1 ao ponto 25;
- Parte I – inicia no ponto 26 e termina no ponto 1065;
- Parte II – inicia no ponto 1066 e termina no ponto 1690;
- Parte III – inicia no ponto 1691 e termina no ponto 2557;
- Parte IV – inicia no ponto 2558 e termina no ponto 2865.

Identificamos que no CIC a palavra “participação” e suas derivações “participar”, “participante”, “participa” e, ainda, algumas formas compostas como “fazer parte”, “tomar parte” etc. ocorrem 234 vezes, distribuídas ao longo de suas quatro grandes partes “Fé”, “Sacramentos”, “Vida” e “Oração”.

Há diversos sentidos na aplicação de “participação”. As mais comuns, de uso cotidiano, remetem a fazer conhecer ou tomar parte em algo. Por exemplo, participamos a convidados a ocorrência de um casamento, ou, participamos de um grupo social, ou ainda, tomamos parte na partilha de um bem.

Entretanto, um sentido não tão usual é sua aplicação no sentido mais profundo estabelecido por Tomás: ter por conexão com ser, sendo esta conexão no sentido de “aproximação”; quanto mais nos aproximamos da fonte de calor – fogo – mais sentimos seu calor e nos aquecemos ou queimamos. Quanto mais nos aproximamos da fonte de frio – gelo – mais sentimos seu frio e nos refrescamos ou resfriamos.

É justamente neste último sentido que, como dizíamos, Tomás de Aquino desenvolveu seu conceito de participação em sentido próprio e profundo – *participatio* – no Ser divino. Deus, o Bem absoluto incriado, provê esse Bem ao ser criado por aproximação.

Por exemplo, na Igreja Católica, os sacramentos – Parte II do CIC - são sinais da presença de Deus e, através deles, se dá a aproximação acima citada.

Dos diversos sentidos com que o termo “participação” pode ser aplicado, chama a atenção que, no CIC, 73% são no sentido da *participatio* desenvolvida por Tomás de Aquino, ou seja, sentido profundo.

Ora, o conceito profundo de *participatio* de Tomás está presente em todas as Partes do CIC e lhe confere corpo, alicerçando o conceito de Ser divino incriado e da participação Nele do ser criado.

Fica claro, então, que o sentido de *participatio* de Tomás é utilizado diversas vezes no CIC, não só para representar a ideia nela contida, mas, também, como estruturante de todo este documento Católico.

Note-se, por fim, a força da Tradição Católica, que permite atualizações ao longo da história da Igreja, respeitados os fundamentos da fé.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] Weisheipl, James A. *Tomás de Aquino - Vida, obras y doctrina*, Pamplona, Eunsa, 1994, p. 16.
- [2] Ocariz, F. *Hijos de Dios en Cristo*, Pamplona, Eunsa, 1972, pp. 42 e ss.
- [3] Tomás de Aquino: Verdade e Conhecimento, São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- [4] J. Maritain, "L'humanisme de Saint Thomas d'Aquin", in *Mediaeval Studies*, 3 (1941).
- [5] TORREL, Jean-Pierre. *Santo Tomás de Aquino: mestre espiritual*. São Paulo: Loyola, 2008.
- [6] *Noites do Sertão*, Rio de Janeiro, José Olympio, 6a. ed., 1979, p. 71.
- [7] Thomas de Aquinas and Participation, in: WIPPEL, J. F. (Ed.) *Studies in medieval philosophy*. Washington DC, 1987, pp. 117-158.
- [8] VELDE, Rudi A. TE. *Participation and substantiality in Thomas Aquinas* Leiden: E. J. Brill, 1995.
- [9] *Sobre a diferença entre a palavra divina e a humana*, Jean Lauand, São Paulo, GRD, 1993.
- [10] *A prudência – a virtude da decisão certa*, Jean Lauand, São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- [11] *Missa Cantada em Rito Armênio*, Exarcado Apostólico Armênio para a América Latina, São Paulo, junho/2007.
- [12] *A Filosofia da Educação no novo Catecismo Católico* (conferência no I Congresso Latino de Filosofia da Educação, Rio de Janeiro, 11-7-2000)
<http://www.hottopos.com/convenit3/jeanlaua.htm>
- [13] *Razão, Natureza e Graça - Tomás de Aquino em Sentenças*
Estudos introdutórios e tradução - Jean Lauand
<http://www.hottopos.com/mp3/sentom.htm>
- [14] BJe – Bíblia de Jerusalém
<http://www.bibliaonline.net/biblia>
- [15] *Catecismo da Igreja Católica*
http://www.vatican.va/archive/ccc/index_po.htm
- [16] Castro, Roberto Carlos Gomes de

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-26012011-094150/pt-br.php>

[17] LAUAND, Jean ; CHADAREVIAN, E. . O Catecismo católico e um conceito central: a participatio. Conventit Internacional (USP), v. 19, p. 5-18, 2015.
<http://www.hottopos.com/convenit19/05-18ElieJean.pdf>

[18] http://www.vatican.va/holy_father/francesco/audiences/2013/documents/papa-francesco_20130911_udienza-generale_po.html)

[19] Frei Carlos Josaphat, Paradigma Teológico de Tomás de Aquino. Editora Paulus – 2012.

[20] João XXIII, Discurso de abertura do Concílio Ecumênico Vaticano II, 11 de outubro de 1962: AAS 54 (1962), p. 788-791.

[21] Paulo VI, Discurso de encerramento do Concílio Ecumênico Vaticano II, 8 de dezembro de 1965: AAS 58 (1966), p. 7-8.

[22] João Paulo II, Alocução de 25 de janeiro de 1985: L'Osservatore Romano, 27 de janeiro de 1985.

[23] Relação Final do Sínodo Extraordinário, 7 de dezembro de 1985, II,B,a,n.4: Enchiridion Vaticanum, vol. 9, p. 1758, n. 1797.

[24] Discurso de encerramento do Sínodo Extraordinário, 7 de dezembro de 1985, n.6: AAS 78 (1986), p. 435.

[25]<http://www.cnbb.org.br/imprensa-1/noticias/10276-sintese-do-congresso-de-20-anos-do-catecismo-e-sobre-o-ano-da-fe>)

[26]http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_19921011_fidei-depositum.html

[27] http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_letters/documents/hf_jp-ii_apl_15081997_laetamur_po.html

[28] <http://www.hottopos.com/isle15/129-134Jean.pdf>

[29]https://pt.wikipedia.org/wiki/Comp%C3%AAndio_do_Catecismo_da_Igreja_Cat%C3%B3lica

[30]http://www.vatican.va/archive/compendium_ccc/documents/archive_2005_compendium-ccc_po.html

[31]https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2005/june/documents/hf_ben-xvi_spe_20050628_compendium.html

[32]http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html#SECRETARIA DE ESTADO.

[33]http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19641121_orientalium-ecclesiarum_po.html

7 APÊNDICE

7.1 Sacramentos no catolicismo oriental

Quando falamos do sacramento do Crisma, acima, comentamos sobre as Igrejas Católicas Orientais.

É oportuno apontar que a Igreja Católica não se resume à Latina – também conhecida como romana ou ocidental -, existem ainda mais 22 Igrejas Católicas de rito oriental.

A Igreja Católica é formada, então, por 23 igrejas em comunhão plena, entendendo igreja aqui como união de dioceses da mesma tradição cultural – o que, no caso, engloba diferentes aspectos como liturgia, espiritualidade, teologia, disciplina e organização.

O decreto "Orientalium ecclesiarum"¹³⁰, que foi aprovado no dia 21 de Novembro de 1964 pelo Concílio do Vaticano II, aborda a questão das Igrejas orientais católicas. Este documento conciliar afirma que, "na única Igreja de Cristo" (que subsiste na Igreja Católica), as Igrejas Latina e Orientais

“...desfrutam de igual dignidade... nenhuma prevalece sobre a outra... são confiadas ao governo pastoral do Pontífice Romano”.

E ainda

“Tais igrejas particulares, tanto do Oriente como do Ocidente, embora difiram parcialmente entre si em virtude dos ritos, isto é, pela liturgia, disciplina eclesiástica e património espiritual, são, todavia, de igual modo confiadas o governo pastoral do Pontífice Romano”.

¹³⁰ http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19641121_orientalium-ecclesiarum_po.html

O decreto defende também que estas Igrejas orientais podem e devem salvaguardar, conservar e restaurar o seu rico patrimônio espiritual, nomeadamente ritual, através, como por exemplo, da celebração dos seus próprios ritos litúrgicos orientais e das suas práticas rituais antigas.

O documento salienta também o caráter autônomo das Igrejas orientais católicas, especificando os seus vários poderes e privilégios. Em particular, como por exemplo, afirma que os Patriarcas orientais,

"com os seus sínodos, constituem a instância suprema para todos os assuntos do Patriarcado, não excluído o direito de constituir novas eparquias e de nomear Bispos do seu rito dentro dos limites do território patriarcal, salvo o direito inalienável do Romano Pontífice de intervir em cada caso. O que foi dito dos Patriarcas vale também, de acordo com as normas do direito, para os Arcebispos maiores, que presidem a toda uma Igreja particular ou rito sui juris".

Mas, é preciso também salientar o fato de nem todas as Igrejas orientais serem Patriarcados ou Arquidioceses maiores.

A seguir elencamos os ritos da Igreja Católica, de acordo com suas famílias litúrgicas:

1. Família latina:

- Rito romano ordinário;
- Rito romano extraordinário;
- Rito ambrosiano;
- Rito moçárabe;
- Rito bracarense;
- Rito cartuxo.

2. Família ritual bizantina: apenas o rito bizantino, aplicado pelas seguintes igrejas:

- Igreja Católica Bizantina Albanesa;
- Igreja Católica Bizantina Bielorrussa;
- Igreja Greco-Católica Búlgara;
- Igreja Greco-Católica Croata;
- Igreja Católica Bizantina Grega;
- Igreja Greco-Católica Melquita;
- Igreja Greco-Católica Húngara;
- Igreja Católica Ítalo-Albanesa;
- Igreja Católica Bizantina Macedônia;
- Igreja Greco-Católica Romena unida com Roma;
- Igreja Católica Russa;
- Igreja Católica Rutena;
- Igreja Greco-Católica Eslovaca;
- Igreja Greco-Católica Ucraniana.

3. Família ritual armênia: apenas o rito armênio, aplicado somente pela Igreja Armênia Católica.

4. Família ritual alexandrina: apenas o rito copta, aplicado pelas Igrejas Copta e Etíope Católicas.

5. Família ritual siríaca ou antioquena:

- Rito siríaco, aplicado pelas Igrejas Siríaca e Malankar;
- Rito caldaico (ou assiríaco, ou ainda siríaco oriental), aplicado pelas Igrejas Caldaica e Malabar;
- Rito maronita, aplicado somente pela Igreja Maronita.

Com exceção da Igreja Maronita, todas as igrejas orientais católicas possuem uma igreja equivalente separada de Roma, podendo ser ortodoxa, ou não (dependendo de quantos concílios ecumênicos aceitou ao longo da história):

- Se aceitar os 7 primeiros concílios ecumênicos, é ortodoxa;
- Se aceitar apenas 3 concílios é pré-calcedoniana;
- Se aceitar apenas 2 é pré-efesiana.

Por exemplo, a Igreja Melquita tem como contraparte a Igreja Ortodoxa Antioquena, e, a Igreja Católica Armênia tem como contraparte a Igreja Armênia Apostólica, que é pré-calcedoniana.

As igrejas orientais católicas no Brasil são a Igreja Melquita, com igrejas no Sudeste e uma no Nordeste, a Igreja Ucraniana, com 300 igrejas no Sul e 1 em São Paulo, a Igreja Siríaca, em Belo Horizonte, a Igreja Maronita, com uma presença espalhada pelo país, e a Igreja Armênia, em São Paulo. No Rio de Janeiro há a Igreja Melquita - Paróquia de S. Basílio - e a Igreja Maronita na Paróquia Nossa Senhora do Líbano.

7.2 Quadro resumo e estatística das ocorrências

	Prólogo 1-25		Parte I 26-1065		Parte II 1066-1690		Parte III 1691-2557		Parte IV 2558-2865		Total Geral		
Total	1	Tomás 1 Comum 0	77	Tomás 69 Comum 8	83	Tomás 57 Comum 26	52	Tomás 28 Comum 24	21	Tomás 16 Comum 5	234	Tomás 171 Comum 63	73% 27%
participação		Tomás Comum	18	Tomás 16 Comum 2	30	Tomás 15 Comum 15	19	Tomás 8 Comum 11	2	Tomás 1 Comum 1	69	Tomás 40 Comum 29	58% 42%
participa		Tomás Comum	11	Tomás 9 Comum 2	11	Tomás 8 Comum 3	7	Tomás 5 Comum 2	5	Tomás 5 Comum	34	Tomás 27 Comum 7	79% 21%
participar		Tomás Comum	7	Tomás 7 Comum	7	Tomás 3 Comum 4	8	Tomás 4 Comum 4	6	Tomás 5 Comum 1	28	Tomás 19 Comum 9	68% 32%
participantes		Tomás Comum	14	Tomás 13 Comum 1	5	Tomás 4 Comum 1	8	Tomás 5 Comum 3	1	Tomás 1 Comum	28	Tomás 23 Comum 5	82% 18%
participam		Tomás Comum	10	Tomás 9 Comum 1	11	Tomás 8 Comum 3	3	Tomás 2 Comum 1	3	Tomás Comum 3	27	Tomás 19 Comum 8	70% 30%
participando		Tomás Comum	2	Tomás 2 Comum	3	Tomás 3 Comum	2	Tomás 1 Comum 1	2	Tomás 2 Comum	9	Tomás 8 Comum 1	89% 11%
participante	1	Tomás 1 Comum	1	Tomás 1 Comum	2	Tomás 2 Comum	1	Tomás 1 Comum	1	Tomás 1 Comum	6	Tomás 6 Comum	100%
participamos		Tomás Comum	1	Tomás 1 Comum	2	Tomás 2 Comum		Tomás Comum		Tomás Comum	3	Tomás 3 Comum	100%
participado		Tomás Comum	1	Tomás 1 Comum	1	Tomás 1 Comum		Tomás Comum		Tomás Comum	2	Tomás 2 Comum	100%
participações		Tomás Comum		Tomás Comum	1	Tomás 1 Comum		Tomás Comum		Tomás Comum	1	Tomás 1 Comum	100%
participaram		Tomás Comum		Tomás Comum		Tomás Comum	1	Tomás Comum 1		Tomás Comum	1	Tomás Comum 1	100%
participarmos		Tomás Comum		Tomás Comum	1	Tomás 1 Comum		Tomás Comum		Tomás Comum	1	Tomás 1 Comum	100%
participem		Tomás Comum		Tomás Comum	1	Tomás 1 Comum		Tomás Comum		Tomás Comum	1	Tomás 1 Comum	100%
participará		Tomás Comum	1	Tomás Comum 1		Tomás Comum		Tomás Comum		Tomás Comum	1	Tomás Comum 1	100%
participarem		Tomás Comum	1	Tomás 1 Comum		Tomás Comum		Tomás Comum		Tomás Comum	1	Tomás 1 Comum	100%
tomar parte		Tomás Comum	2	Tomás 2 Comum	2	Tomás 2 Comum	1	Tomás Comum 1		Tomás Comum	5	Tomás 4 Comum 1	80% 20%
toma parte		Tomás Comum		Tomás Comum	1	Tomás 1 Comum		Tomás Comum		Tomás Comum	1	Tomás 1 Comum	100%
tomam parte		Tomás Comum		Tomás Comum	1	Tomás 1 Comum		Tomás Comum		Tomás Comum	1	Tomás 1 Comum	100%

tomamos parte	Tomás		Tomás		Tomás		1	Tomás	1	Tomás		1	Tomás	1	100%
	Comum		Comum		Comum			Comum		Comum			Comum		
temos parte	Tomás		Tomás		Tomás		1	Tomás	1	Tomás		1	Tomás	1	100%
	Comum		Comum		Comum			Comum		Comum			Comum		
fazer parte	Tomás	2	Tomás	1	Tomás			Tomás		Tomás		2	Tomás	1	50%
	Comum		Comum	1	Comum			Comum		Comum			Comum	1	50%
ter parte	Tomás	1	Tomás	1	Tomás			Tomás		Tomás		1	Tomás	1	100%
	Comum		Comum		Comum			Comum		Comum			Comum		
deu-lhes parte	Tomás	2	Tomás	2	Tomás	1		Tomás		Tomás		3	Tomás	3	100%
	Comum		Comum		Comum			Comum		Comum			Comum		
faz parte	Tomás	2	Tomás	2	Tomás	1		Tomás		Tomás		3	Tomás	3	100%
	Comum		Comum		Comum			Comum		Comum			Comum		
parte	Tomás	1	Tomás	1	Tomás	2		Tomás		Tomás	1	4	Tomás	4	100%
	Comum		Comum		Comum			Comum		Comum			Comum		

7.3 Catalogação de ocorrências

Listamos, a seguir, todos os pontos onde foram encontradas a palavra “participação” e suas derivações nas quatro grandes partes, mais o prólogo, que compõem o novo Catecismo da Igreja Católica.

Note-se que, aos abaixo elencados, deve-se somar as ocorrências em títulos e as ocorrências múltiplas num mesmo ponto, para se obter as 234 ocorrências.

PRÓLOGO

PARTICIPANTE

1.

PRIMEIRA PARTE - A PROFISSÃO DA FÉ

PARTICIPAÇÃO

375 / 505 / 541 / 645 / 654 / 668 / 759 / 889 / 911 / 966 / 1000 / 1002 / 1006.

PARTICIPA

327 / 336 / 364 / 646 / 783 / 784 / 785 / 886 / 970 / 974.

PARTICIPAR

265.

PARTICIPANTES

871 / 873 / 897 / 935.

PARTICIPAM

34 / 91 / 732 / 765 / 863 / 902 / 941 / 1000 / 1003 / 1004 /

PARTICIPANDO

790 / 1047.

PARTICIPANTE

299.

PARTICIPAMOS

556.

PARTICIPADO

970.

PARTICIPARÁ

527.

PARTICIPAREM

551.

PARTICIPAREM

551.

TER PARTE

152.

TOMAR PARTE

221/736.
FAZER PARTE
543/804.
DEU-LHES PARTE
551/787.
FAZ PARTE
599/926.
PARTE
953.

SEGUNDA PARTE - A CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO CRISTÃO

PARTICIPAÇÃO
1071 / 1073 / 1109 / 1140 / 1141 / 1157 / 1191 / 1212 / 1234 / 1268 / 1273 / 1291 / 1318 / 1348 / 1372 / 1388 / 1398 / 1408 / 1419 / 1521 / 1546 / 1554 / 1559 / 1582 / 1591 / 1652 / 1682.

PARTICIPA
1085 / 1111 / 1121 / 1130 / 1175 / 1298 / 1368 / 1563 / 1589.

PARTICIPAR
1139 / 1161 / 1270 / 1389 / 1506 / 1651 / 1684.

PARTICIPANTES
1213 / 1331 / 1337 / 1444 / 1562.

PARTICIPAM
1157 / 1268 / 1294 / 1322 / 1353 / 1388 / 1417 / 1565 / 1570 / 1591 / 1648.

PARTICIPANDO
1070 / 1167 / 1383.

PARTICIPANTE
1265 / 1279.

PARTICIPAMOS
1090 / 1396.

PARTICIPADO
1141.

PARTICIPARMOS
1395.

PARTICIPEM
1547.

TOMA PARTE
1069.

PARTE
1090/1539.

FAZ PARTE
1121.

TOMAM PARTE
1138.

TOMAR PARTE
1355/1397.

DEU-LHES PARTE

1575.

TERCEIRA PARTE - A VIDA EM CRISTO

PARTICIPAÇÃO

**1726 / 1812 / 1882 / 1893 / 1913 / 1914 / 1915 / 1916 / 1917 / 1951 / 1978 /
1988 / 1997 / 2035 / 2100 / 2182 / 2183.**

PARTICIPA

1704 / 1914 / 1915 / 1954 / 1997 / 2014 / 2460.

PARTICIPAR

1934 / 2017 / 2180 / 2181 / 2192 / 2347 / 2446.

PARTICIPANTES

1692 / 1721 / 1988 / 1996 / 2009 / 2188.

PARTICIPAM

2240 / 2367 / 2398.

PARTICIPANDO

1694 / 2042.

PARTICIPANTE

1691.

PARTICIPARAM

2412.

TOMAR PARTE

2472.

TOMAMOS PARTE

1988.

TEMOS PARTE

1988.

QUARTA PARTE - A ORAÇÃO CRISTÃ

PARTICIPAÇÃO

2691 / 2842.

PARTICIPA

2633 / 2635 / 2637 / 2639 / 2716.

PARTICIPAR

2636 / 2717 / 2718 / 2724 / 2780 / 2791.

PARTICIPANTES

2782.

PARTICIPAM

2683 / 2684 / 2693.

PARTICIPANDO

2648 / 2659.

PARTICIPANTE

2572.

PARTE

2712.